



Entrevista
Ana Seres Comin
Pág. 6



Sistema **Ocepar**
FECOPAR - OCEPAR - SESCOOP/PR

paraná cooperativo

Ano 12 - N°
146
Abr/2017

TEMPO DE REFORMAS

O setor cooperativista acompanha com atenção as discussões no Congresso sobre mudanças nas legislações trabalhista, tributária e previdenciária: se bem conduzidas, modificações podem promover melhorias e desenvolvimento ao país

■ EDUCAÇÃO

Parceria pode reativar cooperativas-escola de colégios agrícolas e florestal



Lançamento

LINGUIÇA DE FRANGO

COM ERVAS FINAS

Os produtos C.Vale são feitos para os melhores momentos de sua vida. Pra cada um deles, sempre um sabor especial com a qualidade que você já conhece.

C.Vale. Praticidade e sabor incomparáveis.



c.vale

Reformar é preciso



José Roberto Ricken
Presidente do Sistema Ocepar

“
O Brasil
deve mudar
legislações
que atrasam o
desenvolvimento,
oneram o setor
produtivo de
forma distorcida,
geram custos
e inviabilizam
empregos”

As reformas – tributária, trabalhista e previdenciária – são necessárias e inadiáveis. O Brasil deve mudar legislações que atrasam o desenvolvimento, oneram o setor produtivo de forma distorcida, geram custos e inviabilizam empregos. E o momento para essas modificações é agora, pois já perdemos muito tempo com a protelação de decisões fundamentais para o crescimento econômico e social do país. Adiar não é o melhor caminho - a recessão sem precedentes que afeta o Brasil deixou-nos num beco sem saídas, mas abriu uma janela de oportunidades para que mudanças aconteçam.

Sem as reformas, o que vislumbramos é a continuidade do quadro de perda de competitividade, a intensificação dos encargos e impostos sobre o setor produtivo e, apesar dessa distorção tributária, a manutenção dos rombos nas contas governamentais e na Previdência, a falta de flexibilidade nas questões trabalhistas e o consequente engessamento das empresas, com mais despesas e menor contratação. Em suma, é um cenário de caos e imobilismo, o prelúdio para a tragédia social e econômica da nação. É evidente que o debate deve ir além das reformas: o estado brasileiro precisa ser reordenado. O gigantismo estatal é como uma draga que extrai parte da vitalidade econômica do país, para cobrir a voracidade sem

fim das contas públicas. São problemas que devem ser enfrentados com seriedade e coragem.

O Sistema Ocepar está mobilizado em torno daquilo que é viável e prioritário para o setor. Três comissões (trabalhista, tributária, previdenciária) foram formadas para ouvir as sugestões das cooperativas paranaenses e encaminhá-las ao Sistema OCB, dentro de uma estratégia de ação institucional. A bancada da Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo – está sendo subsidiada com informações sobre as demandas cooperativistas, e um acompanhamento diário tem sido feito para monitorar as discussões no Congresso. A mobilização se manterá com o propósito de que as reformas aconteçam assegurando os direitos das cooperativas e seus funcionários e cooperados.

A Ocepar vem promovendo fóruns para debater as principais propostas das reformas, reunindo profissionais de cooperativas que acompanharam as explicações de especialistas no tema. Com informação e ação mobilizada e estratégica, o cooperativismo atua para que as reformas sejam realizadas e desburocratizem e desonerem o setor produtivo. As reformas, caso sejam bem conduzidas, podem impulsionar a competitividade e o desenvolvimento do Brasil. ■

12 ESPECIAL

As atenções estão concentradas no Congresso Nacional, onde tramitam propostas de reformas estruturantes para o país



Foto: Agência Câmara

24 COOPERATIVAS-ESCOLA

Avança parceria entre o Sistema Ocepar e a Secretaria de Educação para reativar as cooperativas-escola nos colégios agrícolas



Foto: Samuel Zanillo Milão Filho/Sistema Ocepar

26 FORMAÇÃO

Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas chegou a quarta turma. As aulas começaram em março



Foto: Assessoria de Comunicação C-PR

CONT

Abril.2017

33 COOPERATIVAS EM FOCO - SICREDI VANGUARDA

34 SAÚDE - UNIMED

36 SISTEMA OCB

38 CRÉDITO - SICREDI

40 CRÉDITO - SICOOB

42 CRÉDITO - UNIPRIME

43 NOTAS E REGISTROS

46 ASPAS

6 ENTREVISTA



Ana Seres Trento Comin,
Secretária da Educação

ERRATA

Na edição de março, página 17, erramos ao citar os indicadores do Sescoop/PR em capacitação. Os R\$ 176 milhões em investimentos e viabilização de 47 mil ações de capacitação, ocorreram nos últimos 10 anos, e não no ano passado, como foi publicado.

28 INVESTIMENTOS

Nova versão do Programa Paraná Competitivo contempla demandas do cooperativismo paranaense



30 SUPERSAFRA

Paraná contribui com 40,1 milhões de toneladas de grãos para a produção brasileira



Foto: Jonas Oliveira/ANP

EUÚDO nº 146

SISTEMA OCEPAR

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente: José Roberto Ricken - **Diretores:** Alfredo Lang, Alvaro Jabur, Dilvo Grolli, Frans Borg, Jacir Scalvi, Jaime Basso, Jorge Hashimoto, Luiz Lourenço, Luiz Roberto Baggio, Marino Delgado, Paulo Roberto Fernandes Faria, Renato João de Castro Greidanus, Ricardo Accioly Calderari e Ricardo Silvio Chapla - **Conselho Fiscal - Titulares:** José Rubens Rodrigues dos Santos, Tácito Octaviano Barduzzi Jr. e Urbano Inácio Frey - **Suplentes:** Lindones Antonio Colferai, Popke Ferdinand Van Der Vinne e Sergio Ossamu Ioshii - **Superintendente:** Robson Leandro Mafioletti

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente: José Roberto Ricken - **Conselho Administrativo - Titulares:** Alfredo Lang, Luis Augusto Ribeiro, Luiz Roberto Baggio e Wellington Ferreira - **Suplentes:** Frans Borg, Karla Tadeu Duarte de Oliveira, Viviana Maria Carneiro de Mello e Paulo Roberto Fernandes Faria - **Conselho Fiscal - Titulares:** James Fernando de Moraes, Marcos Antonio Trintinalha e Roselia Gomes da Silva - **Suplentes:** Iara Dina Follador Thomaz, Katuscia Karine Lange Nied e Luciano Ferreira Lopes - **Superintendente:** Leonardo Boesche

DIRETORIA DA FECOOPAR

Presidente: José Roberto Ricken - **Vice-Presidente:** Paulo Roberto Fernandes Faria - **Secretário:** Dilvo Grolli - **Tesoureiro:** Ricardo Accioly Calderari - **Suplente:** Luiz Roberto Baggio - **Conselho Fiscal - Titulares:** Jorge Hashimoto, Jacir Scalvi e Dorival Bartzike - **Suplentes:** Jaime Basso, Marino Delgado e Frans Borg - **Delegados - Titulares:** José Roberto Ricken e Luiz Roberto Baggio - **Suplente:** Marino Delgado - **Superintendente:** Nelson Costa

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo: Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR - **Editor Responsável:** Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) - **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira, Lucia Massae Suzukawa e Silvío Oricólli - **Design Gráfico:** Stella Soliman Tonatto - **Conselho Editorial:** José Roberto Ricken, Nelson Costa, Robson Mafioletti, Flávio Turra, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Maria Emília Pereira Lima - **Capa:** Graf Digital - **Diagramação:** Celso Arimatéia - **CTP e Impressão:** Gráfica Radial Ltda - **Licitação/Pregão:** 01/2015 - **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná - **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109 - **Endereço Eletrônico:** jornalismo@sistemaocepar.coop.br - **Página na Internet:** www.paranacooperativo.coop.br - As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Com a Secretária da Educação do Paraná,

Ana Seres Trento Comin

Diálogo e moderação

por Marli Vieira e Samuel Zanello Milléo Filho

Quarenta anos de magistério e passagens por cargos no governo, deram a Ana Seres a experiência necessária para comandar uma pasta importante no âmbito do Estado: a da Educação

A secretária estadual de Educação, Ana Seres Trento Comin, assumiu o comando da pasta em maio de 2015, num momento em que o Governo do Estado e a categoria dos professores travavam um forte embate. “Nós conseguimos, naquele período, acalmar a situação. Mas estávamos em meio a uma crise econômica em todo o país. E ainda vivemos uma situação difícil”, disse a secretária, ressaltando que o aluno é quem mais perde com essa situação. “Tudo o que fazemos é em prol do aluno. E quando se faz uma greve ou uma ocupação, o prejuízo pedagógico é muito grande”, disse.

Em entrevista à Revista Paraná Cooperativo, Ana Seres falou da relação do Estado com os professores e garantiu que está havendo avanços, obtidos “com muito diálogo e moderação”. Constatou que sua preocupação está centrada em dois pontos: melhorar os índices de desempenho esco-

lar e diminuir a evasão, principalmente, dos jovens.

Falou ainda o que pensa da reforma do Ensino Médio, afirmando que, na sua visão, a principal dificuldade está na implementação da lei. “Já questionamos vários pontos (...) nos manifestamos, dizendo que no Paraná não iríamos e não iremos alterar ou retirar nenhuma das 13 disciplinas tradicionais”, comentou.

E num momento em que o cooperativismo e a Secretaria de Educação se aproximam, com o objetivo de reativar as cooperativas-escola nos colégios agrícolas, Ana Seres destacou os ganhos que esta iniciativa trará, principalmente, em relação ao aprendizado sobre cooperativismo. Confira:

Fale um pouco da sua trajetória de vida.

Nasci em Pato Branco. Mas meu pai era um pouco cigano, gostava de mudar. Moramos em várias cidades. Fui alfabetizada em Ibiporã, estudei a primeira

fase do fundamental em Umuarama e concluí a educação básica em Cascavel. Vim para Curitiba cursar Matemática na PUCPR. Depois de formada, fiz sucessivos cursos, incluindo pós-graduação e mestrado.

Além do trabalho em sala de aula, teve um período em que prestei consultoria e ministrei palestras para os estados sobre a implantação da jornada integral na educação básica. Hoje, falar em educação integral é mais simples, pois as políticas públicas são mais definidas. Mas em 1997 não tínhamos nada e a própria concepção de políticas públicas dentro de uma jornada ampliada era muito limitada.

Também exerci alguns cargos no governo. Fui, inclusive, Secretária Municipal de Educação em Pato Branco. Quando me aposentei, em 2009, o governador Beto Richa me convidou para ocupar uma função na regional de Pato Branco. O Paraná tem 32 regionais. Permaneci quatro anos na chefia do núcleo. Nesse período, ajudei a elaborar o plano de educação no primeiro mandato do governador Beto Richa. No segundo

mandato dele, assumi a Superintendência da Secretaria de Educação que cuida da parte pedagógica.

Naquela época, a execução do plano estadual de educação estava bastante atrasado. Estávamos com dificuldade em cumprir os prazos, além do que a secretaria não tinha um norte, um programa específico para aquela gestão. Em 40 dias criamos o programa Minha Escola tem Ação (META), que é o carro chefe, o norte da secretaria. Este programa tem, inclusive, recursos, pois faz parte da Lei Orçamentária.

O convite para ser Secretária de Educação veio também pelo seu perfil de ser uma pessoa moderada e do diálogo?

Eu me considero tranquila e moderada, no sentido de ouvir. Em 2015, tivemos o episódio de 29 de abril no Centro Cívico, em Curitiba, que ficou marcado pelo confronto entre professores e policiais. Isto provocou um desgaste enorme para todos nós. E foi em meio a tudo isso que o governador me convidou para assumir a secretaria. >>

“

Ser gestor em períodos de abundância é fácil, mas em períodos de recessão, de crises, é um desafio. E continuamos enfrentando muitos desafios”



Fotos: Marilú Vieira/Sistema Ozejar



“ Fico numa posição bem delicada. Sou uma professora, meu papel é defender meus colegas. Porém, não posso oferecer o que não posso cumprir ”

Nós conseguimos, naquele período, acalmar a situação. Mas estávamos em meio a uma crise econômica em todo o país. E ainda vivemos uma situação difícil. Ser gestor em períodos de abundância é fácil, mas em períodos de recessão, de crises, é um desafio. E continuamos enfrentando muitos desafios.

E quais são esses desafios?

São muitos. Tudo o que fazemos é focado no estudante. E, ao longo dos anos, temos observado que

os índices de desempenho educacional estão muito aquém do que os nossos estudantes merecem. Mesmo enfrentando muita dificuldade, conseguimos melhorar nosso desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Mas ainda não temos um número satisfatório no contexto da situação do estado. Então, o grande desafio é esse: melhorar o desempenho educacional.

Outro desafio é o grande índice de evasão escolar, principalmente, dos jovens. Nossos alunos deixam a escola para trabalhar ou por alguma situação de conflito.

Em relação ao acesso, não vejo dificuldades no Paraná. O que precisamos é garantir a permanência do aluno e seu sucesso escolar, ou seja, que ele não deixe de estudar e que de fato aprenda. Paralelo a isso, vem toda a questão relacionada à classe dos professores e dos servidores.

A reforma da previdência propõe um tempo maior de contribuição, o que pressupõe que para conseguir o benefício integral aos 65 anos, o jovem precisa ingressar mais cedo no mercado de trabalho. Este fato pode ter reflexos na evasão escolar?

É de se pensar. Hoje os nossos jovens já estão deixando a escola muito cedo. Por mais que tenhamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, sabemos que existe o trabalho nessa faixa etária, até mesmo trabalho infantil, que é um complicador maior ainda. Por mais que tenhamos programas, como o menor aprendiz, temos adolescentes com 14 e 15 anos que a família já não encaminha para a escola porque eles precisam auxiliar na renda familiar.

Na sua condição de professora e hoje secretária, como analisa esse embate entre a sua categoria e o Governo do Estado?

Fico numa posição bem delicada. Sou uma professora, meu papel é defender meus colegas. Porém, não posso oferecer o que não posso cumprir. Entendo que o papel dos sindicatos é querer avançar sempre. Mas as nossas possibilidades ficaram restritas. Não tem como ir além.

No momento, acho que o maior respeito para com os profissionais da educação é garantir que o salário esteja na conta no último dia do mês. Tenho lutado por isso. Claro que vou terminar meu período, e muitos vão me criticar. Mas estou fazendo o que é possível.

Em relação aos professores, a senhora tem conseguido avançar em algumas questões?

Sim. Acho que foram grandes os avanços no atual governo. Mesmo agora, em que foram anunciadas algumas medidas, como a redução da carga horária extraclasse, conseguimos negociar algumas questões com o próprio governador e amenizar um pouco a situação, porque tinham ações bem mais duras do que as que estão sendo executadas.

Além disso, a prioridade no momento é pagamento das promoções e progressões. Ao concluir um curso ou obter determinada titulação, professores e funcionários ganham o direito de avançar de nível na carreira e, conseqüentemente, melhorar o salário. Em janeiro deste ano, implantamos as promoções e progressões para 70 mil profissionais, ao custo de R\$ 40 milhões/mês. Agora, nós queremos apresentar uma proposta para saldar os atrasados de 2015 e 2016.

Quando o governador assumiu, já encontrou um passivo nessa questão. Na ocasião, o salário médio do professor era R\$ 2.115,00 porque nem todos tinham acesso ao terceiro nível, que recém havia sido criado. Então, lançamos o Programa de Desenvolvimento Profissional para que o professor da rede pública pudesse avançar de nível e, conseqüentemente, melhorar o seu salário. Hoje, o salário médio no estado passou a ser de R\$ 5.200,00.

Quem perde e quem ganha com essa discussão entre professores e governo?

O nosso aluno, com certeza. Eu disse que tudo o que fazemos é em prol do aluno. E quando se faz uma greve ou uma ocupação, o prejuízo pedagógico é muito grande. A reposição não tem a mesma qualidade de um dia normal de aula, por mais que se complete os 200 dias letivos e 800 horas/aula. E tivemos que recorrer à reposição em 2015 e 2016, e espero que não tenhamos que fazer isso em 2017.

Sem falar dos prejuízos financeiros. Só na greve de 2015 tivemos mais de R\$ 100 milhões de gastos, com transporte escolar, contratação de novos professores e alimentação escolar. Além do que perdemos recursos do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) porque 30% dos nossos alunos migraram para o ensino privado. Por conta disso, o estado deixou de receber R\$ 186 milhões do Fundeb. Em 2016, fizemos uma campanha para que esses alunos retornassem em 2017 e, assim, recuperamos o repasse do Fundeb.

A população não merece isso. As pessoas estão cansadas. Em 2015, houve uma adesão maior de pais e alunos no movimento dos professores. Hoje acho que eles veem a situação com outros olhos, principalmente, depois das ocupações, as quais foram chocantes, pois muitos alunos tentaram garantir seu direito de estudar e não conseguiram. Também temos reações interessantes de professores, até porque estamos em meio a uma crise nacional, e todos estão percebendo que não há motivo para privilegiar uma única classe, quando várias estão com problemas.

Atualmente, está em discussão a reforma do Ensino Médio. Que avaliação a senhora faz a respeito?

Esse movimento de rever o Ensino Médio começou há muito tempo. O que estranhei foi essa reforma ter sido aprovada por Medida Provisória. Inclusive, a ocupação nas escolas no ano passado teve uma única pauta: eram contrárias à Medida Provisória, porque o texto ganhou força de lei e não houve espaço para discussão. Não questionamos a reforma do Ensino Médio, mas a forma como o assunto foi decidido, pois não houve um amplo debate sobre o assunto.

Já questionamos vários pontos da reforma. E o que me preocupa muito é a sua implementação. Na época em que foi aprovada, eu e o governador nos manifestamos de que no Paraná não iríamos e não iremos alterar ou retirar nenhuma das 13 disciplinas tradicionais. Também vemos com preocupação a adoção dos cinco itinerários formativos, principalmente, nos pequenos municípios.

Aqui adotamos a seguinte postura: é aleatório. É a comunidade escolar quem irá decidir. Se 100% dos pais, professores e alunos tiverem o entendimento de que a escola pode implantar um ensino de 9 horas diárias, que é o turno único, então, nós aceitaremos, desde que exista condições, ou seja, espaço físico, corpo docente e proposta pedagógica.

Hoje, no Paraná 18 colégios implantaram o turno único, que é uma parte da lei da reforma do Ensino >>

“Aprovar a lei da reforma do Ensino Médio, foi fácil. Implementá-la, vai ser outra história”

Médio. Esta parte eu, como grande defensora do ensino integral, acatei. Mais se um ou dois ou mais colégios recuarem não vamos nos opor.

E ainda tenho dúvidas em relação à carga horária – 60% para as disciplinas da base nacional comum e 40% para os itinerários formativos. Acho que precisamos discutir com a comunidade escolar. É interessante respeitar as vocações, porém, num município que possui uma única escola, fica caríssimo ofertar cinco itinerários formativos. E talvez não tenhamos profissionais suficientes e qualificados para atuar com os itinerários. Numa cidade maior, tudo bem. Mas em cidades pequenas é muito complicado. E ofertar um só itinerário não é democrático, porque não estaríamos respeitando as vocações. Aprovar a lei da reforma do Ensino Médio, foi fácil. Implementá-la, vai ser outra história.

Como a senhora vê a importância dos colégios agrícolas?

Vejo dois pontos positivos neles. O primeiro é que os jovens acabam estudando o dia todo. E eu, como incentivadora do ensino integral, fico feliz que isso aconteça. O segundo ponto é a vocação do nosso estado para a agropecuária, portanto, os alunos dos colégios agrícolas estão sendo preparados para atuar num setor importante e relevante para a economia do Paraná.

Fica mais caro manter esses colégios?

Sim. Os alunos moram nesses locais, então, é preciso ter alojamento, a cozinha é diferente, assim como a sistemática de ensino.

No passado houve um fomento à formação de cooperativas-escola nos colégios agrícolas. Mas isso foi interrompido. Por que agora há uma iniciativa para retomar isso?

Em 2015, fui procurada pelo Sistema Ocepar, mas na época tínhamos muitas demandas. Agora a conversa se intensificou, e toda a nossa equipe do setor de educação e trabalho está mobilizada em torno disso. Conseguimos retomar o assunto, conscientizar, principalmente, as escolas para voltarem a ter as cooperativas-escola. Em dezembro do ano passado, assinamos um protocolo de intenção com o Sistema Ocepar, e agora é o momento da formação dos professores. Também baixamos uma resolução com as nossas atribuições e as atribuições do Sistema.



“ Os alunos dos colégios agrícolas estão sendo preparados para atuar num setor importante e relevante para a economia do Paraná ”

Eu acho que é um bom começo. Tínhamos cooperativas-escola em 11 colégios agrícolas, quando houve a suspensão. E agora elas já estão reativadas em 2, e penso que, a partir desse momento de formação dos professores e discussão, vai acelerar o processo nos outros colégios.

Vejo alguns pontos positivos na constituição de cooperativas-escola nos colégios agrícolas, tanto para os gestores quanto para os alunos. O primeiro refere-se ao aspecto pedagógico, pois nossos alunos irão aprender sobre cooperativismo e vivenciá-lo na prática.

Outra questão é que o excedente do que os alunos produzem nos colégios agrícolas precisa ser comercializado. E não vejo problemas nisso, desde que algumas regras sejam seguidas. No passado, parte do dinheiro obtido com a venda dos produtos ficava na escola e outra parte retornava para os cofres do Estado. A ideia agora é que tudo permaneça na escola, contribuindo para sua manutenção. ■

Invista com quem
considera você
***o maior valor
da nossa terra.***



Produtor rural, a gente sabe reconhecer o valor do seu esforço para ter uma grande colheita. Por isso, oferecemos a melhor rentabilidade para você investir o que conquistou com sua safra.

Invista com a gente.

Vá até uma de nossas agências, fale com seu gerente e colha ainda mais resultados.

sicredi.com.br

SAC Sicredi: 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi: 0800 646 2519.

 **Sicredi**

por Ricardo Rossi, Marli Vieira e Samuel Zanello Milléo Filho

Tempo de reformas

Pressionada pelos efeitos da crise econômica, a classe política se mobiliza em torno de mudanças estruturais que podem promover melhorias e desenvolvimento ao país. Seguem no Congresso Nacional as discussões das reformas – trabalhista, previdenciária e tributária – assumidas pelo presidente Michel Temer como principal meta de sua gestão. A conjuntura política e econômica abriu uma janela de oportunidade para modernizar a legislação e promover uma transformação no país reivindicada há muito pelo setor produtivo. Os cooperativistas brasileiros estão acompanhando com atenção todos os movimentos da tramitação das reformas. Os sistemas OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – e Ocepar – Organi-

zação das Cooperativas do Paraná – se mobilizam para viabilizar as demandas do cooperativismo.

Segundo o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, as reformas em discussão no país têm sido um dos principais assuntos na pauta da reunião de diretoria do Sistema OCB, tendo em vista o espaço político que esses temas ganharam. “O governo começou a alimentar a esperança de que haveriam reformas trabalhista, previdenciária, tributária, e quem dera, uma reforma política”, relata. “E isso não está sendo feito por bondade de ninguém. Estamos num momento de crise política e econômica, além de uma crise financeira em todos os níveis do poder público. E boa parte da redução dos investimentos aconteceu porque o custo Brasil ficou insustentável. Baseando-se nisso, temos uma chance de que essas reformas tomem corpo e sigam em frente no Congresso Nacional. Estamos acreditando que isso possa ocorrer”, afirma.

Para o dirigente, é importante que o cooperativismo se mobilize em torno daquilo que acredita ser viável e prioritário. “Temos que estar preparados, por este motivo formamos três comissões (trabalhista, tributária, previdenciária) para ouvir as sugestões das nossas cooperativas e encaminhá-las ao Sistema OCB, para que seja realizada uma ação institucional”, explica.

Segundo o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

Profissionais de cooperativas participaram de fórum promovido pela Ocepar tratando de temas ligados aos projetos de reforma trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso Nacional

Freitas, é preciso vigilância para que as reformas mantenham leis e normativos que assegurem os direitos das cooperativas e seus cooperados. “O cooperativismo está atento à situação política e econômica do país e preparado para contribuir com subsídios sobre os impactos das reformas para todos os ramos do setor”, ressalta.

Fórum

Os principais temas ligados aos projetos de reforma trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso Nacional foram tema de um fórum promovido pelo Sistema Ocepar em 9 de março. O evento, que ocorreu na sede da entidade, em Curitiba, reuniu cerca de 50 profissionais de cooperativas paranaenses que atuam nas áreas administrativa, jurídica e de recursos humanos. De acordo com o presidente Ricken, a finalidade do encontro foi “refletir sobre os impactos e transformações que envolverão a implementação das reformas, debater as medidas e preparar um documento do Sistema Ocepar com apontamentos e sugestões às matérias que, posteriormente serão entregues aos parlamentares pelo Sistema OCB”. As advogadas Jacqueline Varela, Melissa Folmann e Sandra Road foram as palestrantes do Fórum das Reformas Trabalhista e Previdenciária.

Segundo Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues, assessora jurídica do Sistema OCB, e que participou do fórum, a organização nacional também vai mobilizar

Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar



No dia 13 de março, a diretoria da Ocepar acompanhou, na sede da Associação Comercial do Paraná, a apresentação das propostas do relator da Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly

grupos de trabalho sobre as reformas. “É importante o Sistema OCB estar presente neste momento de discussão para fazer a captação das demandas e analisar a viabilidade e a prioridade delas dentro de um projeto de reforma para o país. Sabemos que este trabalho é um pouco mais difícil, comparado à defesa que cotidianamente fazemos dos projetos de lei que interessam ao cooperativismo. Mas é algo que tem que ser feito. O cooperativismo apresentará suas demandas no Congresso Nacional de forma organizada”, afirma. Na Ocepar, os profissionais Paulo Roberto Stöberl, Graziel Pedrozo de Abreu e Rogério dos Santos Crosato estão acompanhando de forma contínua todas as discussões em torno das reformas, respectivamente, previdenciária, trabalhista e tributária.

Tributária

No dia 13 de março, a diretoria

da Ocepar acompanhou, na sede da Associação Comercial do Paraná, a apresentação das propostas do relator da Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly. Na avaliação do presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, é necessário debater medidas que promovam a diminuição dos gastos do governo. “Esses temas não são simples de serem tratados, mas precisam acontecer. Chamo a atenção para um fato: estamos falando somente de arrecadação, quando na realidade tem excesso de custo dentro do governo também, em todos os níveis. Adianta aumentar a arrecadação e pagar cada vez mais? Por isso precisamos, neste momento, ter coragem de colocar na mesa todas as reformas necessárias para que o país volte a crescer, inclusive o governo gastar bem e somente o necessário”, enfatizou. ■

O setor cooperativista acompanha com atenção as discussões no Congresso sobre mudanças nas legislações trabalhista, tributária e previdenciária: se bem conduzidas, modificações podem promover melhorias e desenvolvimento ao país

Equilíbrio deve pautar mudanças, afirmam dirigentes

Na opinião de dirigentes de cooperativas do Paraná, as reformas são necessárias para desburocratizar, reduzir custos e impulsionar o desenvolvimento do país. Modernizar as legislações tributária, trabalhista e tributária, é uma demanda antiga do setor produtivo. Para os líderes cooperativistas, há uma chance real de mudança, porém, ressaltam, não é uma tarefa fácil e as controvérsias políticas serão inevitáveis. De acordo com o presidente da Unimed Cascavel, Danilo Galletto, o modelo obsoleto de contribuição tributária, leis trabalhistas antiquadas ao mercado atual e um sistema de aposentadoria cuja matemática não fecha são fatores que colocam em risco a saúde econômica do país inteiro. “Não há dúvidas de que as reformas são essenciais. A questão é definir quão drásticas elas serão. É

necessário avançar no sentido do equilíbrio, chegando a legislações adequadas à realidade nacional. Isso se dá por meio da maturidade política e pela busca do bem comum”, afirma.

O presidente da Lar, Irineo da Costa Rodrigues, entende que o país foi, a cada ano, se tornando mais burocrático e oneroso. “O custo Brasil é uma loucura, com impostos, taxas e constantes regulamentações e portarias vindas de todos os órgãos, que engessam e dificultam o trabalho. Penso que teríamos que abrir um caminho, com as reformas, para diminuir o tamanho da máquina pública. Com um Estado pesado e que gasta demais, fica difícil ter condições para reduzir impostos dos setores produtivos”, enfatiza. Apesar de antever uma oportunidade para que transformações aconteçam, o dirigente mantém a cautela. “As discussões das reformas estão no Congresso e há um certo descrédito porque os parlamentares, em sua maioria, não pensam na Nação – estão preocupados com a própria eleição e não querem aprovar matérias que soam antipáticas aos eleitores. Esperamos que ajam com responsabilidade e aprovelem ao menos parte das mudanças demandadas”, pondera.

Foto: Arquivo Ocepar



“Explicações sobre as reformas devem ser fundamentadas e coerentes”

Vilmar Sebold
Presidente da Cocari

Na opinião do presidente da Cocari, Vilmar Sebold, as reformas são necessárias, porém o processo de discussões no Congresso será “conturbado”. “As pessoas não se sentem representadas por aqueles que estão conduzindo as discussões no Parlamento. É claro que existe gente séria na política, mas a visão que se passa hoje é de falta

“As reformas podem ser dolorosas, mas sua implantação é impositiva”

Valter Vanzella
Presidente da Frimesa

Foto: Arquivo Ocepar



“Estado pesado e que gasta demais”

Irineo da Costa Rodrigues
Presidente da Lar

de honestidade e ética, e essa percepção contamina tudo”, afirma. “A sociedade se convence quando vê justiça e clareza. Por isso é preciso transparência, começando por demonstrar à população que vão cessar os privilégios e benesses daqueles poucos que hoje legislam em causa própria”, ressalta. “As explicações sobre as reformas devem ser fundamentadas e coerentes”, frisa.

Para o presidente da Frimesa, Valter Vanzella, além das mudanças em discussão, o cooperativismo espera também que ocorram ações de melhorias na educação, na gestão pública e para sanar as deficiências da infraestrutura. “As reformas podem ser dolorosas, podem contrariar interesses políticos e partidários, mas sua implantação é impositiva. É urgente que aconteçam”, afirma.

Medidas

O dirigente da Frimesa opina sobre problemas e modificações que considera fundamentais: “Nosso sistema de tributação necessita de simplificação. Hoje é excessivamente burocrático e pesa enormemente no custo de produção, o que sacrifica a massa consumidora. Outra coisa nociva é a guerra fiscal entre estados, que gera insegurança e débitos fiscais gigantescos. Há que se buscar um padrão para o relacionamento do fisco dos estados”, defende. “Por sua vez, a legislação que rege as relações entre capital e trabalho é jurássica. Vem da Era Vargas. E a



Foto: Arquivo Ocepar

força do trabalhismo, do socialismo e do sindicalismo tem sido barreira para a pretensão de modernização da ‘CLT’. Não pior que isso é o comportamento paternalista da Justiça do Trabalho. Não haverá retomada da empregabilidade sem reforma trabalhista”, analisa.

Flexibilização

Daniel Galletto defende, na reforma trabalhista, a flexibilização da jornada diária (mantendo o limite de 220 horas mensais), abrangendo diferentes necessidades para cargos que exigem mais ou menos horas corridas. “Além disso, entre as 11 propostas sugeridas pelo governo federal estão itens que já fazem parte da rotina de empresas com modelos modernos de gestão, a exemplo das discussões sobre participação nos lucros, remuneração por produtividade e banco de horas”, diz. “Quanto às mudanças tributárias, a transferência e revisão da divisão de impos-

“Maturidade política e busca do bem comum”

Danilo Galletto
Presidente da Unimed Cascavel

tos federais, estaduais e municipais parece saudável para equilibrar as contas destes três níveis de governo. Em efeito cadeia, isso tende a se refletir na saúde financeira das empresas e indústrias”, acredita.

Previdência

Na questão previdenciária, Vilmar Sebold ressalva que muitas dúvidas precisam ser esclarecidas. “Qual será o teto máximo de aposentadoria para o contribuinte? Qual será o teto máximo para quem legisla e deveria responder ao contribuinte? Qual é o déficit gerado pelos aposentados da iniciativa privada? Qual o déficit gerado pelos aposentados do setor público? Para onde vai, qual a destinação do Funrural que é recolhido dos produtores rurais? São questões que devem ser tratadas com transparência”, afirma. “Tem que começar a reforma pelo que é mais sério, cessando privilégios que, embora legais, são imorais”, conclui. ■



Foto: Assessoria/Unimed Cascavel



Modernização da Lei

Em 2016, a Justiça do Trabalho contabilizou mais de 3 milhões de ações trabalhistas, reforçando o status do Brasil como o país com o maior número de reclamações trabalhistas. “Aqui, o número de ações é 30 a 40 vezes maior em relação ao resto do mundo. E isso tem aumentado, em média, 20% ao ano”, disse a advogada Jacqueline Rocio Varella que, juntamente com Sandra Road, detalhou o Projeto de Lei nº 6.787/2016 durante o Fórum das Reformas Trabalhista e Previdenciária promovido pelo Sistema Ocepar no último mês de março.

Um dos argumentos do governo em prol da proposta é que a modernização da legislação trabalhista vai resolver mais de 60% dos casos de ações trabalhistas. O Ministério do Trabalho ainda sustenta que, com 13 milhões de desempregados, o Brasil precisa oferecer segurança jurídica nos contratos de trabalho, dando força de lei aos acordos coletivos de trabalho.

Sandra Road afirma que o em-

pregador no Brasil hoje está amarrado a uma legislação antiga, que não dá margem para negociações. “As empresas não se sentem confortáveis para sentar numa mesa e negociar direitos, porque depois tudo pode ser anulado numa eventual decisão judicial”, disse.

Um problema que, segundo as advogadas, pode ser resolvido com a flexibilização, ou seja, empregadores e empregados discutindo pontos do contrato de trabalho que possam beneficiar ambas as partes. “A intenção é afastar o Estado da relação Trabalhador X Empresa, modernizando a legislação por meio da fomentação de acordos coletivos”, frisou Sandra. Outro aspecto do projeto é a simplificação de matérias que hoje geram custos para o governo e empregadores. “A ideia é reduzir custos, desburocrizando práticas”, afirmou Jacqueline.

Mas se há quem defenda a reforma, também há críticas a ela, acaloradas pelo temor de redução

Foto: Banco de Imagens



de direitos trabalhistas. “Não achamos que isso irá ocorrer, ou, pelo menos, podemos entender dessa forma. Mas o que que existe, de fato, é a necessidade de modernizar a lei, porque os empregadores não aguentam mais o ônus que vem sendo imposto a eles”, frisou Sandra.

Além disso, a esperada diminuição da judicialização das questões talvez não ocorra a contento. “Não vamos ser ingênuos em pensar que uma nova lei vai evitar discussões no judiciário. Isto é o que se busca, mas não há como ter certeza de que irá ocorrer”, disse Jacqueline Varella. Outra preocupação é quanto a representação dos empregados, a qual precisa ser fortalecida para que, de fato, não ocorram perdas de direitos.

A despeito das críticas, a intenção é que a reforma seja aprovada ainda neste ano no Congresso Nacional. “A gente vê que eles estão correndo muito e nos perguntamos o que está por trás disso? Será preocupação com as empresas e trabalhadores ou mero interesse político”, questionam as advogadas. ■



Fotos: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

Jacqueline Varella e Sandra Road destacaram os principais pontos da reforma trabalhista durante fórum no Sistema Ocepar



PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA TRABALHISTA

JORNADA DE TRABALHO

Mantém a jornada de **44 horas semanais**, com a possibilidade de quatro horas extras, chegando a **48 horas semanais**.

O **freio será de 12 horas** de trabalho num dia, inclusive com horas extras.

A exceção à jornada regular são a escala de **12 horas de trabalho por 36 horas de descanso**, e a jornada de **44 horas em apenas 5 dias da semana**.

As férias devem seguir as regras da CLT. Hoje, o trabalhador tem direito a um máximo de 18 dias sem poder trocar nada por dinheiro; a mudança **sugere 30 dias de férias** como limite com possibilidade de **vender 10 dias**.



A contratação por trabalho parcial será ampliada de até 25 para **até 26 horas semanais**, com horas extras, **ou até 30 horas semanais**, sem horas extras.

Os trabalhadores poderão eleger no mínimo 1 e no máximo 5 representantes seus para atuarem nas negociações coletivas.

Esses representantes terão mandato de dois anos com possibilidade de reeleição, e garantia no emprego por 6 meses após o fim do mandato.

Trabalhadores e empregadores poderão acordar, em convenção coletiva, como a jornada semanal será feita. A cláusula acordada não poderá anulada por uma decisão judicial, trazendo segurança jurídica.

CONTRATOS DE TRABALHO

>>> A proposta mantém o contrato de trabalho por jornada atual e **acrescenta outros dois tipos de contrato**: por horas trabalhadas e por produtividade.



>>> As novas regras para o trabalho temporário já foram aprovadas pela Câmara. **O prazo limite para os contratos agora são de 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias**. O Projeto 4.302-E/98 segue para sanção presidencial.

>>> **Os temporários poderão ser contratados diretamente pela empresa** ou, então, como é feito hoje, por meio de uma empresa de trabalho temporário.

>>> A regra para contratos temporários **não se aplica aos empregados domésticos**.

SEGURANÇA JURÍDICA



Os **acordos coletivos de trabalho** definidos entre as empresas e os representantes dos trabalhadores poderão se sobrepôr às leis trabalhistas definidas na CLT (Consolidação das Leis do trabalho) em 13 pontos específicos.



Alguns dos itens que poderão entrar em negociação: parcelamento das férias anuais em até 3 vezes, participação nos lucros, remuneração por produtividade, trabalho remoto, registro de ponto, e banco de horas e o intervalo entre jornadas.

SEGURO DESEMPREGO

>>> **Criação do Programa Seguro-Emprego (PSE) por mais 2 anos**. É uma nova versão do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado pela ex-presidente Dilma Rousseff e que terminaria no final desse ano.

>>> **As empresas em crise podem aderir de forma voluntária**. Perdem o direito de demitir, mas ganham a possibilidade de cortar salários e jornadas. O governo compensa parte da perda com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

>>> O programa é inspirado em um modelo alemão **e tem montadoras entre os principais alvos**. Está previsto investimento de R\$ 1,3 bilhão para a manutenção de 200 mil postos de trabalho em 4 anos.



MULTAS



As empresas que **não registrarem** seus empregados terão que pagar **multa de R\$ 6.000 por empregado não registrado** e de igual valor em caso de reincidência. No caso de empregador rural, microempresas e empresas de pequeno porte, **a multa é de R\$ 1.000**.



O que muda na aposentadoria do brasileiro

O projeto de reforma da Previdência contém uma série de alterações nas regras atuais que atinge praticamente todos os trabalhadores. O governo defende que a alteração nas regras é necessária para garantir a sustentabilidade da Previdência Social, e como principal argumento diz que o déficit nas contas não para de aumentar. Segundo dados do Ministério do Planejamento, a seguridade social registrou no ano passado déficit de R\$ 258,7 bilhões (4,1% do Produto Interno Bruto), um aumento de 55,4% em relação ao apurado em 2015 (R\$ 166,5 bilhões ou 2,8% do PIB).

Mas para a advogada Melissa Folmann, especialista em Direito Previdenciário, a questão do déficit ou não nas contas da seguridade social não deve ser o foco das discussões, até porque esse cálculo depende da metodologia utilizada. “Esse é o argumento mais fraco que se pode usar para defender a reforma”, disse. Melissa, que é diretora científica do IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Previden-

ciário e professora na ESMAFE (Escola da Magistratura Federal do Paraná) e na PUCPR. A advogada ministrou uma palestra sobre a reforma da Previdência no Fórum promovido pelo Sistema Ocepar para debater o tema.

Na ocasião, ela disse que um argumento mais forte é o que se refere à expectativa de sobrevivência do brasileiro, ou seja, por quanto tempo ele irá receber o benefício depois da sua aposentaria. Para a especialista, o cálculo deve ser pautado na seguinte lógica: quantas pessoas pagantes são necessárias para arcar com o pagamento das pessoas que recebem o benefício. “Essa conta não está batendo e a diferença só tende a aumentar”, comentou.

De todos os pontos que estão gerando discussão, o mais polêmico, na opinião de Melissa, é o que trata da regra de transição, considerada por ela como “muito dura e severa”. Ela lembrou que o próprio Arthur Maia (PPS-BA), relator da comissão especial da PEC 287 na Câmara sobre a refor-



ma da Previdência, recentemente, em uma entrevista, admitiu a possibilidade de rever esse item, considerando que elas devem ser “melhor equilibradas”. “As regras de transição se fixam muito na idade e deixam de lado algo ainda mais importante que é o tempo de contribuição. Por isso, acho que haverá uma discussão muito forte no Congresso para que elas fiquem mais palatáveis”, ponderou.

A especialista citou dois casos hipotéticos para demonstrar por que defende a necessidade de mudanças nas regras de transição: de uma mulher com 45 anos de idade e que acabou de ingressar no sistema previdenciário, e outra com 44 anos e que há muito mais tempo contribuiu para a Previdência. “Pelos regras que constam da PEC 287, ambas entrariam no ‘mesmo balaio’, pois terão que obedecer o critério da idade”, explicou. Neste caso hipotético, a mais prejudicada será a mais nova, mesmo tendo contribuído por muito mais tempo. “Não se analisa o tempo de contribuição. Não se está considerando essa variável na conta, apesar de ser muito relevante”, afirmou. ■



Melissa Folmann, especialista em Direito Previdenciário, detalhou o projeto proposto pelo governo durante fórum no Sistema Ocepar

Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

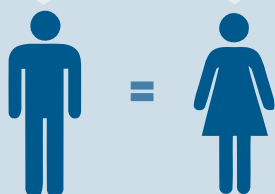


PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

IDADE MÍNIMA

65 anos

para homens e mulheres.



TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO



APOSENTADORIA INTEGRAL

Somente para quem contribuir por pelo menos

49 anos



REGRAS POR SETOR DE ATIVIDADE

>> A idade mínima e o tempo de contribuição vale para empregados da iniciativa privada e trabalhadores rurais.



Os militares ficaram de fora



Os servidores municipais e estaduais foram retirados da proposta.



TRABALHADORES RURAIS

Idade mínima de **65 anos** e

25 anos

de contribuição



>> A contribuição passa a ser individual e obrigatória.

>> Também haverá uma regra de transição para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais 45 anos.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO

>> 51% da média dos salários de contribuição, mais um ponto percentual para cada ano de contribuição.



O trabalhador com 25 anos de contribuição e 65 de idade irá se aposentar com renda igual a **76%** do seu salário de contribuição.



Para obter **100%** será preciso ter **49 anos** de contribuição.

REGRA DE TRANSIÇÃO

COM MAIS DE 50 anos 45 anos



Adicional de 50% do tempo

Homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos, terão que trabalhar um período **adicional de 50% do tempo** que, na data a promulgação das novas regras, faltaria para se aposentar. Por essa norma, se faltarem dois anos, será preciso trabalhar três anos; se faltarem três anos, agora terão que permanecer na ativa por 4 anos e meio.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A **idade mínima para recebimento do benefício é de 70 anos para idosos** com renda familiar interior a um quarto do salário mínimo, sem necessidade de contribuição.



PENSÃO POR MORTE



>> Fica proibido o acúmulo da pensão por morte com aposentadoria. **O cônjuge terá direito a 50% da aposentadoria que o falecido recebia, com adicional de 10% por dependente.** Quando o filho deixa de ser dependente, o adicional deixa de ser pago.

ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

>> **Acaba a acumulação de pensão e aposentadoria.**

Quem está aposentado, deve optar pelo maior benefício. Órfãos de pai e mãe podem receber 60% do valor da pensão do pai e da mãe. O pagamento da pensão para órfãos, no entanto, vale só até os 21 anos.



EXPORTAÇÕES

A reforma da Previdência também **prevê o fim das isenções** das contribuições previdenciárias sobre as **receitas das exportações** - que representam uma renúncia anual de cerca de R\$ 6 bilhões.



Relator da reforma tributária defende extinção de nove tributos

Os encaminhamentos para a reforma tributária seguem por dois caminhos: de um lado, o governo federal já anunciou que fará, por meio de medidas provisórias, alterações graduais para simplificar as regras da contribuição para o PIS e Cofins – no segundo semestre será iniciada a reforma do ICMS buscando reduzir a chamada guerra fiscal; em outra frente, o relator da Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly, tentará emplacar uma ampla proposta de mudanças. O parlamentar defende a isenção total de impostos para alimentos e remédios, extinção de nove tributos, além do fim da guerra fiscal entre os estados, por meio da criação do IVA (imposto sobre valor agregado), que absorveria o PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Também sustenta como fundamental diminuir impostos que incidem sobre o consumo –, deslocando essa arrecadação para um Imposto de Renda mais progressivo.

Para apresentar sua proposta para a reforma tributária, Hauly participou, na manhã do dia 13 de março, na sede da Associação Comercial do Paraná (ACP), em Curitiba, de um evento com representantes do setor produtivo. A abertura foi realizada pela presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon/PR), Maria de Fátima Miranda, pelo presidente da ACP, Gláucio Geara, e pelo presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken.

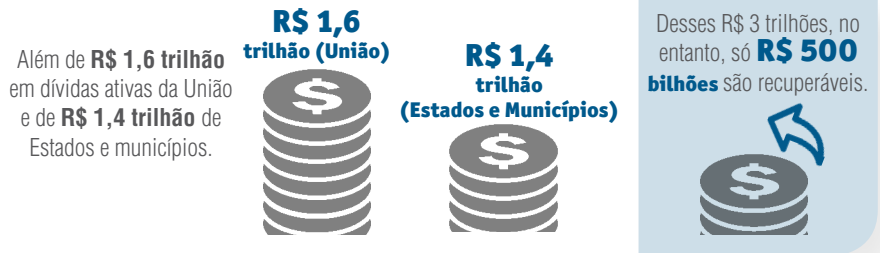
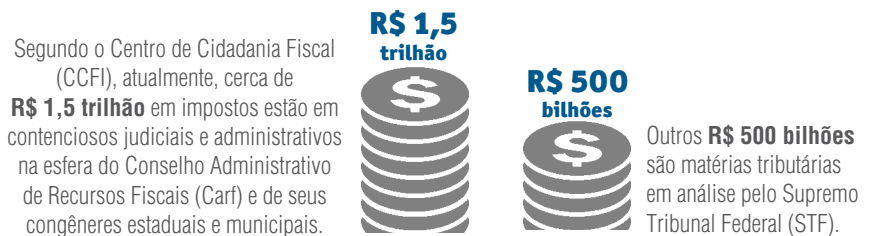
Para o deputado, a “maior malvadeza que vem acontecendo no >>

Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar



O deputado federal Luiz Carlos Hauly apresentou suas propostas para representantes do setor produtivo: “Mudanças na legislação trarão desenvolvimento e distribuição de renda”

BUROCRACIA E SEUS EFEITOS



>> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que, em primeira instância, **uma execução fiscal custa R\$ 4,7 mil**. Em 2014, a Justiça Federal recebeu **3,3 milhões de novos processos**.



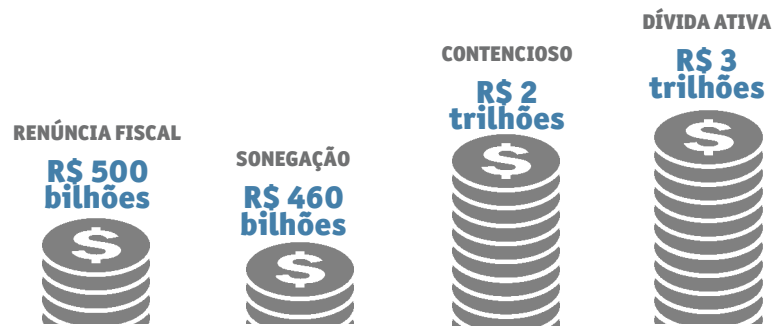
Brasil é tributar mais a classe pobre e menos os ricos”. Segundo ele, “esta é outra característica perversa de nosso sistema tributário, ou seja, a grande concentração da arrecadação na tributação sobre o consumo em detrimento da arrecadação sobre a renda, o que termina por onerar mais os pobres, que são obrigados a aplicar a maior parte de seus rendimentos na aquisição de bens materiais e serviços”. Como exemplo, Haully apresentou um estudo demonstrando que, em 2008, quem ganhou R\$ 1 mil pagou aproximadamente R\$ 530,00 em impostos, ou seja, 53% de sua remuneração. Para isso precisou trabalhar 197 dias do ano somente para pagar impostos. “Já um trabalhador que ganhava acima de 30 salários mínimos, pagou apenas 29% de carga tributária bruta, sendo necessários 106 dias de trabalho”, destacou.

O parlamentar explica que, na média, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) recebem 37% de suas receitas da tributação da renda e 25% do consumo, enquanto no Brasil, a tributação sobre bens e serviços responde por 51% da carga tributária - sobre a renda representa somente 18%. “É por isso que pretendemos deslocar parte da tributação sobre o consumo para a renda, buscando atingir distribuição similar a dos países da OCDE”, disse.

Instabilidade

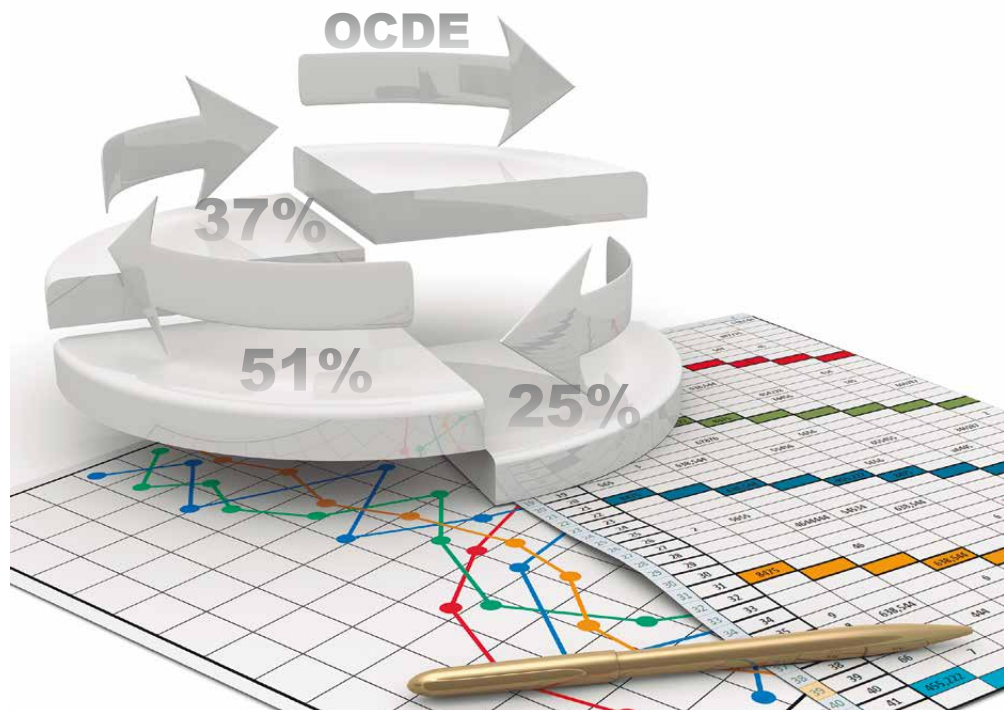
O deputado demonstrou preocupação com o momento político em relação às investigações que transcorrem no Judiciário. “Queremos que aconteça com essa reforma a retomada do crescimento. O Michel Temer é nossa última esperança e que ele não caia para que possamos fazer tudo o que a sociedade espera”, disse. ■

PERDAS DE RECEITA



SOMA DAS BASES TRIBUTÁRIAS - ANO 2015

	R\$ milhões	% total	% PIB
PROPRIEDADE	85.694	4,44	1,68
RENDA	401.047	20,79	6,79
CONSUMO	1.049.930	54,44	17,79
PREVIDÊNCIA	391.984	20,33	6,64
TOTAL	1,9 trilhão	100,00	32,9





PROPOSTAS PARA MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS

PROPOSTAS

<p>1. Diminuir a regressividade do consumo com Imposto de Renda progressivo, dando destaque para a capacidade contributiva e proporcionando distribuição de renda e justiça fiscal.</p>	<p>2. Isentar totalmente de tributos toda a cadeia alimentar e dos medicamentos, para propiciar justiça social e diminuição da pobreza.</p>	<p>3. Isentar totalmente as exportações e os bens de ativo fixo das empresas, dando segurança jurídica e incentivando a indústria e a criação de empregos.</p>
<p>4. Extinguir o ICMS, IPI, ISS, COFINS, Salário Educação, PIS/Pasep, Cide e CSLL, e criar no lugar dois impostos; Um IVA clássico e um seletivo de destino federal sobre energia elétrica, combustíveis líquidos e derivados, comunicação, Minerais, Transportes, cigarros, bebidas, veículos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, pneus e autopeças.</p>	<p>5. Todos os tributos sobre a propriedade serão dos municípios: IPTU, IPVA, ITR, ITBI e ITCMD.</p>	<p>6. Acabar com IOF e os tributos sobre os empréstimos bancários.</p>
<p>9. Tributação preferencialmente direta, de caráter pessoal e progressiva.</p>	<p>7. Manter o Super Simples para as micro e pequenas empresas.</p>	<p>8. Incrementar novas tecnologias e softwares, universalizando o uso da nota fiscal eletrônica e a cobrança no ato da compra, a exemplo dos EUA e outros países.</p>
	<p>10. Equilíbrio entre o fator trabalho e o fator capital.</p>	<p>12. Diminuir o contencioso fiscal administrativo e judicial.</p>

PREMISSAS DA REFORMA



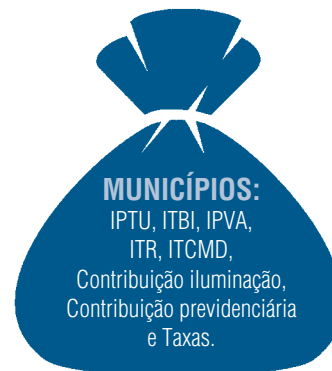
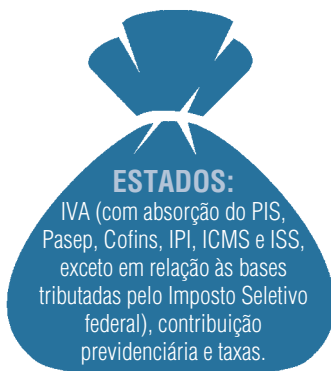
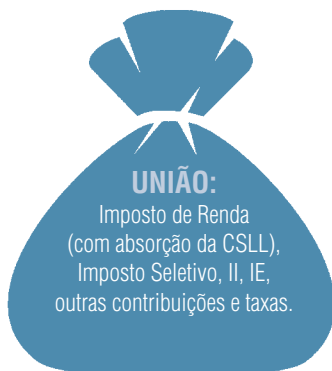
- >>> Manutenção da participação na arrecadação tributária, líquida de transferências constitucionais, de cada nível de governo (União, Estados e Municípios).
- >>> Manter a carga tributária do tamanho que está, em torno de 35% do PIB.
- >>> Manter as mesmas arrecadações líquidas da União, Estados e Municípios nos primeiros 5 anos, para não ter o conflito de partilha, e que não haja prejuízos ou perdas de arrecadação proporcional deles.
- >>> Colocar fim à guerra fiscal predatória entre os Estados.
- >>> Criação de uma Super-Receita Estadual para tributar e fiscalizar a cobrança no novo Imposto sobre Valor Agregado –IVA.
- >>> Diminuir o contencioso Administrativo e Fiscal, bem como as demandas judiciais.

Redução dos encargos sobre folha de pagamento, aumentando a empregabilidade.



Extinção de **NOVE tributos**

NOVA CONFIGURAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS



Fonte: deputado Luiz Carlos Hauly



A FORÇA DO CAMPO MOSTRA BONS RESULTADOS

Coamo

A melhor Cooperativa Agrícola do Brasil

Fonte: Revista Isto É Dinheiro

A participação, confiança, segurança e solidez rendem bons frutos. E o resultado desse trabalho está na mesa dos brasileiros e no reconhecimento do mercado.

COAMO

AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

Coamo, forte como o homem do campo.

www.coamo.com.br

Semente da cooperação

Cooperativas-escola podem ser reativadas em breve como resultado de parceria entre o Sistema Ocepar e a Secretaria de Educação do Paraná

“Avaliamos como uma grande oportunidade que proporcionará melhorias aos sistemas produtivo do colégio e educacional dos alunos, com reflexos positivos para a comunidade.” A ponderação do professor Marcelo de Moura dá o tom que deve nortear os debates sobre a reativação das cooperativas-escola nos colégios agrícolas e florestal do Paraná, que teve descontinuidade em 2009. De lá para cá, o sistema foi mantido por três escolas, em Foz do Iguaçu, no oeste, em Rio Negro, no centro-sul, que integram o Sistema Ocepar, e outra em Castro, nos Campos Gerais.

Diretor da unidade produtiva da Cooperativa Escola dos Alunos do Centro Estadual de Educação Profissional Lizímaco Ferreira da Costa, de Rio Negro, Moura, que participou do Encontro Estadual de Cooperativas-Escola de Colégios Agrícolas, realizado dias 22 e 23 de março, em Curitiba, enfatizou que, conciliando teoria e prática, se dá o intercâmbio entre escola e campo. “O aluno traz para o colégio muito da vivência que tem do trabalho com a família no campo e leva para a propriedade muito do que aprende na escola. Isso traz vantagens para o sistema, que apoia o desenvolvimento no lema de que é a união que faz a força, gera a cooperação”, disse.

O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, que estudou no Colégio Agrícola de Guarapuava, de 1974 a 1975, avaliou que a parceria entre o Sistema Ocepar e a Secretaria Estadual da Educação (SEED), visando à reativação das cooperativas-escola, disseminará conhecimento maior sobre o cooperativismo. “É a oportu-

tidade de praticar cada vez mais a cooperação, melhorando o que já temos, o que começa pelas escolas, o melhor lugar para isso. Os alunos têm matérias normais, em um período, e em outro, podem ter disciplinas complementares e aprofundar o conhecimento sobre cooperativismo.” O Paraná tem 18 colégios agrícolas e um florestal, que ofertam, em regime integral, cursos técnicos integrados ou subsequentes ao ensino médio em agropecuária, agroecologia e florestas, voltados preferencialmente a jovens da área rural. Nos 18 colégios, há a opção de internato.

Prática da cooperação

A secretária estadual da Educação, Ana Seres Trento Comin, lembrou que pais, que são cooperados, dizem que os filhos muitas vezes não exercem o cooperativismo. “Mas os alunos integrantes das cooperativas-escola poderão, de fato, exercerem a experiência, não só aprender, pois irão comercializar o excedente da produção agropecuária, que reverterá em benefício



Secretária Ana Seres e presidente José Roberto Ricken: sintonia para reativar projeto que aprofunda conhecimento sobre cooperativismo



Encontro sobre reativação de cooperativas-escola reuniu diretores de colégios agrícolas e florestal do Paraná

da própria escola, o que melhora a gestão e a aprendizagem. E esses jovens chegarão ao mercado trabalho com muito mais experiência”, acentuou.

Por isso, o professor Rogério João Brekailo, diretor geral do Colégio Agrícola Estadual Manoel Pereira Pena, de Foz do Iguaçu, disse que a descontinuidade das cooperativas-escola representou retrocesso no momento em que “se investe muito em cooperativismo no Brasil. E essa modalidade de escola motiva o aluno, principalmente dentro do ramo agropecuário, porque fica envolvido com o sistema cooperativo”.

Busca do protagonismo

A parceria entre o Sistema Ocepar e a SEED atende a Lei Estadual nº 17.142/2012, que define a Política Estadual do Cooperativismo e prevê o incentivo do Sistema Estadual de Ensino no exercício de práticas cooperativistas para fins pedagógicos e a criação e desenvolvimento de cooperativas-escola nos colégios agrícolas. No entanto, a decisão da retomada do projeto será das diretorias e alunos dos colégios agrícolas.

A secretária Ana Seres disse que a ideia de reativar as coo-

Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar



Professor Moura, de Rio Negro, diz que a união faz a força e gera a cooperação

Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar



Professor Brekailo, de Foz, defende que a modalidade envolve o aluno com o sistema cooperativo

perativas-escola foi lançada em 2016 e reforça-se, agora, com a reunião dos diretores dos colégios no encontro para discutir o estatuto, questões técnicas e jurídicas, o funcionamento do Sistema Ocepar e a interligação com a educação. “Vamos retomar o trabalho e estabelecer parceria que seja boa para os dois lados. Queremos o crescimento não só das cooperativas, mas principalmente do conhecimento dos nossos alunos, pois exercer o cooperativismo é diferen-

te do que só aprender sobre ele.”

O presidente Ricken disse aos diretores das escolas que um dos diferenciais do cooperativismo é organizar economicamente uma atividade e, paralelamente, promover o desenvolvimento das pessoas. “Então, façam essa proposta dar certo pelos alunos, pois, assim, formaremos cidadãos mais completos e preparados para serem protagonistas na sociedade.” ■

Projetos perenes

As cooperativas-escola começaram a ser constituídas no estado, em 1968, em busca da autossustentação. Em meados de 2000, com a aproximação entre o Sistema Ocepar e a Agência para o Desenvolvimento do Ensino Técnico do Paraná (Paranatec), o foco voltou-se para a formação de multiplicadores dos princípios cooperativistas, ou seja, levar o aluno do colégio agrícola a ser disseminador de conhecimentos sobre o sistema entre os familiares e pessoas da comunidade, esclareceu João Gogola Neto, coordenador de Desenvolvimento Cooperativo do Sistema Ocepar. Para isso era preciso envolver cooperativas, entidades, alunos e comunidade. Lembrou que, com esse propósito, em cerca de sete anos foram capacitados perto de dez mil alunos em encontros e fóruns estaduais.

Para o coordenador, o convênio assinado entre a SEED e o Sistema Ocepar contribuirá para a perenidade do projeto. “O resgate da história das cooperativas-escola mostra que a proposta gerou resultados. Então, o que se espera, com esse convênio, é que o projeto gere resultados ao logo de cinco, dez, vinte anos sem sofrer os efeitos de mudanças de gestão no governo estadual”, adiantou. ■

Foto: Samuel Zanillo Milheiro Filho/Sistema Ocepar



Mestrado tem nova turma

Os 21 novos mestrandos em gestão de cooperativas da PUCPR iniciaram as aulas em 2 de março. Professores receberam os estudantes

Vinte e um novos estudantes do Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) foram recebidos pelos professores, na manhã de 2 de março, na Escola de Negócios da instituição, em Curitiba, dando início às aulas da quarta turma. O superintendente do Sescop/PR, Leonardo Boesche, deu as boas-vindas aos mestrandos e fez uma explanação sobre os objetivos da entidade em promover e ampliar os estudos e pesquisas sobre o cooperativismo. Também participaram da abertura e conversaram com os alunos, o decano da Escola de Negócios da PUCPR, Bruno Henrique Rocha Fernandes, o coordenador do curso de Mestrado em Gestão de Cooperativas, Alex Ferraresi,

O curso contempla 24 créditos, além da dissertação, sendo quatro disciplinas obrigatórias e quatro eletivas. O superintendente do Sescop/PR, **LEONARDO BOESCHE, DEU AS BOAS-VINDAS AOS MESTRANDOS**

e, ainda, Paula Cristina Trevilatto, da pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu, e José Luiz Casela, da Pró-reitoria Comunitária.

Segundo Boesche, a expansão do cooperativismo paranaense traz inúmeros desafios, entre eles a necessidade de qualificação constante de seus colaboradores. “O curso de mestrado tem o objetivo de gerar conhecimento para capacitar profissionais de alto desempenho para o setor cooperativista. Os estudantes desenvolvem habilidades para pesquisar e identificar soluções sobre questões complexas que afetam as cooperativas”, afirma. “Por ser um mestrado profissional, os artigos e dissertações devem versar sobre temáticas e situações verificadas no cooperativismo. Esse incentivo à pesquisa é fundamental, pois há uma lacuna na academia no que tange a estudos mais aprofundados sobre as cooperativas”, observa. De acordo com o superintendente, os investimentos em formação seguem prioritários para o Sescop/PR. “Essa é uma missão imprescindível e que está ligada ao quinto princípio do cooperativismo, o qual enfatiza que as cooperativas promovem a educação e a formação. Buscamos avançar de forma constante identificando demandas de aprimoramento das cooperativas”, ressalta.

Linhas de pesquisa

O curso contempla 24 créditos, além da dissertação, sendo quatro disciplinas obrigatórias e quatro eletivas. Tem como linhas de pesquisa “Cooperativismo e Sustentabilidade” e “Gestão Estratégica de Entidades Cooperativas”, possibilitando ao mestrando desenvolver sua capacidade gerencial empreendedora, prestar consultoria, exercer funções de direção ou gerência, assim como lecionar em escolas e instituições de ensino superior no campo da Gestão e Cooperativismo. O mestrado foi lançado em 2013 pela PUCPR, com apoio do Sistema Ocepar. ■





**ATENDIMENTO HUMANIZADO, DISTRIBUIÇÃO DE
SOBRAS E CREDIBILIDADE SÃO OS PRINCIPAIS
PONTOS DE SATISFAÇÃO DOS COOPERADOS.**

Pesquisa de satisfação realizada pelo Instituto Bonilha,
entre outubro e novembro de 2016, com 1.000 cooperados
da Uniprime Norte do Paraná.

Programa é ampliado

O Governo do Estado lançou uma nova versão do Programa Paraná Competitivo, com mudanças que contemplam demandas do cooperativismo paranaense. O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, participou da solenidade de assinatura do decreto estadual que estabelece as alterações, realizada no dia 16 de março, no Palácio Iguazu, em Curitiba.

Uma das novidades é que as empresas poderão usar créditos próprios acumulados de ICMS no pagamento de bens previstos para os investimentos, como peças e partes de máquinas, veículos e materiais destinados a obras de construção civil do empreendimento, por exemplo. Essas empresas poderão aderir a esse incentivo até o fim do ano.

“Agora, acreditamos que nossas cooperativas poderão usar os créditos de ICMS nos investimentos, fato este que contribuirá para impulsionar ainda mais o setor.” Para o dirigente cooperativista, “o governo atendeu um pleito antigo das cooperativas paranaenses e faz justiça àquelas empresas que, nos últimos anos, mesmo na crise, continuaram a investir no Estado. Somente o setor cooperativista tem R\$ 1,1 bilhão acumulados em créditos. Desse total, quase a metade é oriunda de exportações”, disse, ao ressaltar que o setor vem mantendo o ritmo de investimentos. “São R\$ 2 bilhões por ano nos últimos cinco anos e devemos investir mais R\$ 2 bilhões por ano

Foto: Agência de Notícias do Paraná



Presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, destacou a importância das novas medidas durante o anúncio do novo Paraná Competitivo

nos próximos seis anos”, afirmou.

Desde que foi criado, em 2011, o Paraná Competitivo contabiliza R\$ 42 bilhões em investimentos, sendo R\$ 24 bilhões de empresas privadas e R\$ 18 bilhões de estatais. “Nos últimos anos, o Paraná Competitivo contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do Estado, especialmente no interior, que ficou com 70% dos projetos. Agora, com essa reformulação, vamos dar ainda mais abrangência para atrair mais investimentos, especialmente em um momento de crise”, disse o governador Beto Richa.

O programa, que já incentivava a instalação e expansão de fábricas, passa a contar com a modalidade de diversificação, para estimular a fabricação de mais produtos numa mesma planta industrial.

O Paraná Competitivo traz outras novidades, como a definição

de critérios objetivos que ajudam a área técnica do governo na análise e no enquadramento de empresas no programa, o que inclui a definição de porcentagens e prazos para os incentivos fiscais.

Antes, as empresas recolhiam de 20% a 50% do ICMS devido, de acordo com o projeto apresentado, e adiavam o pagamento de 50% a 80%. Agora, os empresários que receberem incentivos vão pagar 10% do ICMS devido nos primeiros 48 meses e os 90% restantes serão pagos a partir do 49º mês, ao longo de mais quatro anos.

Em resumo, os incentivos fiscais do programa consistem em: parcelamento do ICMS incremental, diferimento do ICMS nas aquisições de energia elétrica e de gás natural e transferência de créditos de ICMS. No caso da energia elétrica, ela precisa ter sido vendida por empresa comercializadora paranaense. Se a empresa optar pela utilização do crédito de ICMS, porém, não poderá usufruir as demais modalidades de incentivo. ■

Ao lançar a nova versão, governo possibilita a utilização dos créditos de ICMS em investimentos



A VITALIDADE DO CAMPO

LINHA FIBRA MAIS VITALIDADE PARA O CAMPO



UM PRODUTO



Bom Jesus
Cooperativa Agroindustrial

por Sílvio Oricolli

Brasil tem safra recorde

Com estimativa de incremento de 36,3 milhões de toneladas de produtos agrícolas, especialmente soja e milho, em relação ao volume do ciclo agrícola 2015/16, o Brasil deve registrar mais um recorde com 222,9 milhões de toneladas, segundo o sexto levantamento da safra 2016/17, divulgado no dia 9 de março pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o que representa aumento de 19,5% de um intervalo para o outro. A expansão da área em 2,6% – passou de 58,33 milhões de hectares para 60 milhões de hectares –, bem como o uso mais intenso de tecnologia e o clima, decisivos para a melhoria da produtividade, favoreceram o desenvolvimento das lavouras levando aos resultados enumerados pela Conab.

O Paraná, segundo maior produtor nacional de grãos, deve colher 19% do volume nacional, com 42,1 milhões de toneladas. O cultivo das lavouras, incluindo culturas de inverno, ocupa 9,87 milhões de hectares, o que representa 16,8% da área ocupada pela agricultura no país. Segundo o último levantamento da safra, divulgado no dia 23 de março pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), a produtividade média estadual será de 4,27 toneladas por hectare, 15% maior que a média nacional, prevista pela Conaba em 3,7 toneladas por hectare.

Evolução

Pelas estimativas do Deral, a sa-

Foto: Klaus Peltinger/Cooperativa Agrária



As cooperativas têm se preparado para atender a demanda por estocagem da produção: em dois anos investiram R\$ 1,65 bilhão

fra cheia do Paraná foi puxada pelo aumento de produtividade da soja que, mesmo com ligeiro recuo na área (1%) – de 5,28 milhões de hectares para 5,24 milhões de hectares – deve totalizar mais de 19 milhões de toneladas o que representa aumento de 15% na comparação com os 16,5 milhões de toneladas do período anterior. A produtividade média da oleaginosa deve chegar a 3,63 toneladas por hectare, ou seja, 16% acima do rendimento anterior de 3,13 toneladas por hectare.

O milho, a segunda cultura mais importante da agricultura paranaense, tem produção total esperada de 18,27 milhões de toneladas, o que significa incremento de 35,5%

sobre o volume de 13,49 milhões de toneladas da safra 2015/16, enquanto a área registrou aumento de 9%, de 2,62 milhões de hectares para 2,85 milhões de hectares de um ano-safra para o outro. A produtividade, com avanço de mais de 24% entre os dois períodos, passou de 5,15 toneladas por hectare para 6,41 toneladas por igual área.

O principal fator para que o Paraná tivesse uma extraordinária safra de grãos, em volume e qualidade, é o clima que favoreceu o desenvolvimento das lavouras. Por exemplo, tradicionalmente, entre novembro e janeiro ocorre veranicos, o que não se verificou neste período. Isto, aliado ao fato

O Paraná, segundo maior produtor nacional de grãos, contribui com 42,1 milhões de toneladas ou 19% do total a ser colhido pelo país



Foto: Arquivo/Sistema Ocepar

Prevista em 3,63 toneladas por hectare, a produtividade de soja tem aumento de 16% no Paraná

de as temperaturas frias terem se prolongado além do normal no estado, influenciou no desenvolvimento da lavoura e prolongou o ciclo da soja, o que beneficiou o florescimento e, conseqüentemente, a formação de mais grãos. E o tempo continua favorecendo também a colheita, informa o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra.

Turra lembra que, no comparativo de desempenho entre as duas safras, é preciso levar em conta que, na anterior, o volume foi comprometido por adversidades climáticas. No caso da soja, as quebras foram provocadas pelo excesso de chuvas no período de colheita, en-

quanto o milho teve o rendimento comprometido pela seca no momento em que a lavoura mais necessitava de umidade.

Comparativos

De acordo com o acompanhamento do Deral, se comparada à safra passada, a colheita da soja está avançada no Paraná, com 77% da área colhida em decorrência do bom tempo, enquanto na mesma época do ano passado, tinham sido colhidos 50% das lavouras. No entanto, há descompasso no percentual de comercialização, pois, enquanto 41% da oleaginosa havia sido negociada no ano passado, atualmente apenas 26% foram ven-

dados, o menor índice das últimas sete safras, à frente apenas dos 19% no mesmo intervalo do período 2009/10.

Flávio Turra destaca ainda que, ao contrário de anos anteriores, não houve expressiva venda antecipada de soja, ou seja, no período do plantio. Isso talvez se explique pela expectativa do agricultor em conseguir preços melhores no pós-colheita para a venda física, considerando que, em 2016, o produto alcançou bons preços. Além do mais, há a questão do câmbio baixo, que resulta em remuneração menor em real ao sojicultor. Por exemplo, no dia 23 de março último, o dólar valia R\$ 3,13, enquanto »



Foto: Assessoria Copacoi

A safra total do milho está prevista em 18,27 milhões de toneladas, volume 35,5% maior que o anterior

em igual data de 2016 estava em R\$ 3,67. Segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central no dia 20 de março, a previsão é a moeda norte-americana fechar 2017 em R\$ 3,29. Para negócios no mercado futuro, segundo informações da Granopar – Corretora de Mercadoria, a saca de 60 quilos está cotada em US\$ 22 para maio, enquanto para julho sinalizava em US\$ 22,30.

“É normal o produtor segurar a safra com a expectativa de conseguir preço melhor para a soja após a colheita”, lembra o gerente técnico e econômico da Ocepar, ao acrescentar que, na comparação do fechamento de fevereiro dos dois últimos anos, o recuo do valor foi de R\$ 4,79 por saca, o que corresponde a 7%, ao cair de R\$ 68,68 para R\$ 63,89.

Turra diz que o agricultor aguarda a valorização do câmbio – entre R\$ 3,30 e R\$ 3,40 - para vender volumes maiores da soja. Mas depende de alguns fatores, pois, com o embarque maior da commodity para o mercado externo, mais dólares entrarão no país, o que pode conter ou mesmo derrubar a cotação da moeda norte-americana.

Mas há outra questão que pode pesar favoravelmente, a alta dos juros nos Estados Unidos para 0,75% e 1% determinada pelo Fed (o Banco Central norte-americano) no último dia 15 de março. Se o viés de alta se consolidar para as próximas reuniões do Fed, isso pode contribuir para a migração de investimentos do mercado financeiro brasileiro para os Estados Unidos. Se houver expressiva saída de dólar, internamente cai a oferta da moeda o que provoca a valorização do câmbio.

Ainda em relação à valorização do preço das commodities agrícolas brasileiras é preciso considerar os efeitos da suspensão da importação de carne brasileira por grandes mercados devido à suspeita de problemas sanitários no processamento desta proteína. A redução no volume dos embarques de carne pode afetar toda a cadeia, com a redução de produção de animais e, conseqüentemente, menor consumo de ração, cujos insumos principais são a soja e o milho. Com isso, haverá maior disponibilidade de grãos no mercado, o que pode deprimir as suas cotações no mercado interno e externo. No entanto, o

Ministério da Agricultura anunciou no final de março que houve a retomada de compras do Brasil por países, como a China, Chile e Egito.

Segundo Turra, no caso da soja, a expectativa ainda é de o país exportar 60 milhões de toneladas em grãos, 15,9 milhões de toneladas de farelo e 1,5 milhão de toneladas de óleo. Os principais destinos deste complexo são a China, Alemanha, Coréia do Sul, Índia e França.

Armazenamento

A questão da falta de espaço para estocar a produção agrícola brasileira sempre vem à tona no período da colheita. Com volumes recordes, então, a situação torna-se mais crítica. Por exemplo, a capacidade estática de armazenagem no país é de cerca de 150 milhões de toneladas, ou seja, a defasagem é de aproximadamente 73 milhões de toneladas. No Paraná, que igualmente colhe a maior safra de sua história, com 42 milhões de toneladas, há espaço para guardar 31 milhões de toneladas.

Lembrando que as cooperativas recebem cerca de 60% da produção paranaense, Turra diz que o sistema tem investido na ampliação de sua capacidade de armazenagem. Por exemplo, em 2015 foram aplicados R\$ 950 milhões e outros R\$ 700 milhões no ano passado na ampliação da capacidade e construção de novas estruturas armazenadoras das cooperativas. No entanto, avalia ser necessário a aplicação de mais recursos neste setor. Por exemplo, defende, como estímulo aos investimentos, a redução dos juros das linhas específicas para isso, como o Programa de Construção de Armazéns (PCA) do governo federal que, em 2013, ofertava recursos com 15 anos de prazo para pagamento e taxas de juros anuais de 3,5%. Atualmente, os juros estão na faixa de 8,5%. ■

Frutos do planejamento

Com incremento de R\$ 360 milhões sobre o exercício anterior, o Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ encerrou 2016 com R\$ 2,34 bilhões em ativos totais. E a expectativa é chegar ao final deste ano com R\$ 2,48 bilhões, o que representará elevação do valor em cerca de 6%. Quanto aos depósitos totais, a Cooperativa contabilizou R\$ 1,34 bilhão no ano passado, ou seja, R\$ 247 milhões a mais que o volume de recursos em igual intervalo de 2015. A previsão é terminar os atuais 12 meses com R\$ 1,39 bilhão.

Ainda dentre as metas estabelecidas para este ano pelo Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, constam inaugurações de várias agências no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro. O presidente da instituição, Luiz Hoflinger, lembra que parte já foi cumprida, com a entrada em operação de duas agências em janeiro último: uma na região de Jardim Satélite, em São José dos Campos (SP) e outra em Barra Mansa (RJ). Estão programadas para 2017 as entregas de agências em Ubatuba, Santa Izabel, Cunha, Cachoeira Paulista e Arujá, no estado de São Paulo, e em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro.

Atualmente, com 95.644 cooperados, 740 colaboradores, entre efetivos, estagiários e jovens aprendizes, o Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, com sede em Medianeira, no oeste paranaense, tem 43 agências – 29 em 17 municípios do Paraná, 11 em dez municípios paulistas e outras três em três cidades do Rio de Janeiro.

As expectativas de expansão para 2017, na avaliação do presidente Hoflinger, “são muito boas, pois fizemos um planejamento sob a ótica da crise. É fundamental avaliarmos os cenários realistas, mesmo que estejam investidos de muitas incógnitas. Entretanto, o cenário que almejamos é de muitas oportunidades, que nos encham de otimismo para superarmos, mais uma vez, nossas principais metas. Para tanto, nossas estratégias levam tudo isso em conta. Precisamos

Fotos: Assessoria/Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ



Sede administrativa do Sicredi Vanguarda e Agência Medianeira Centro

manter o nosso foco no atendimento ao associado, fazer valer nossa missão, visão e valores. Nesse contexto, a Cooperativa definiu como seu o propósito de ‘Compartilhar conquistas e resultados com bom atendimento’”.

Histórico

Com o propósito de proporcionar melhores condições para atender as necessidades financeiras dos cooperados, a instituição foi criada, no dia 17 de novembro de 1983, com 25 associados, como Cooperativa de Crédito Rural Três Fronteiras Ltda (CrediFronteiras), em Medianeira, com atuação na região oeste do Paraná. Ao longo dos quase 34 anos de atuação, passou por várias denominações - SICOOPER Fronteira, Sicredi Medianeira e Sicredi Cataratas do Iguaçu. Em 2013, expandiu a atuação, além do oeste paranaense, para o Vale do Paraíba, em São Paulo, e, em 2015, ao chegar ao sul fluminense no Rio de Janeiro alterou o nome para Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ. ■



ATIVOS TOTAIS

R\$ 2,34 bilhões



COOPERADOS

95.644



ANO DE FUNDAÇÃO

1983



Fonte: Ceral

Gestão e sustentabilidade

Unimed Paraná adota nova metodologia de avaliação de desempenho, que mostra o comprometimento da cooperativa com a transparência

Em seu Relatório de Gestão e Sustentabilidade, referente ao ano de 2016, a Unimed Paraná adotou a metodologia Global Reporting Initiative, GRI, com a opção “de acordo essencial” na versão G4, na qual foram reportados 16 indicadores de desempenho considerados como materiais. O objetivo da mudança foi tornar o relato mais transparente e seguir classificações de interesse para os diferentes públicos da Federação.

A metodologia GRI é um relato de desempenho com informações e impactos nas dimensões: Econômico-financeiro, Social, Ambiental e de Governança Corporativa. Entre os benefícios de sua utilização para as empresas, está o fato de ser um bom instrumento de diálogo e transparência, que possibilita a identificação de riscos, oportunidades e áreas para aperfeiçoamento

da gestão e redução de custo, além de ser uma fonte de vantagem competitiva e promover um melhor diálogo com a sociedade para encontrar soluções.

Os temas e indicadores foram definidos por meio de uma consultoria externa, juntamente à diretoria executiva e *stakeholders* – públicos de interesse da organização como clientes, fornecedores, representantes da força de trabalho e do meio ambiente, comunidade do entorno e médicos cooperados (durante o 1º Café Unimed Portas Abertas, realizado em dezembro de 2016).

Para a Diretoria Executiva, o tema desta edição não poderia ser outro senão o compartilhar. “Esse termo tem caracterizado as ações da Unimed Paraná ao longo de sua trajetória e tem sido aprofundado nesses últimos anos, em especial no ano de 2016, com discussões inclusive sobre o compartilhamento de recursos e serviços próprios”.

No texto, estão informações que vão desde o funcionamento da Federação, passando por conformidade social, desempenho econômico, emprego, materialidade, materiais, não-discriminação, treinamento e educação, até questões de energia, comunicação e marketing e atenção à saúde. Além das principais realizações e premiações do ano.

“Os debates e os trabalhos desenvolvidos além de primarem pela busca incessante de excelência na assistência aos nossos beneficiários, têm em mente também o desenvolvimento do Sistema como um todo e o fortalecimento do trabalho do médico cooperado”, destacam os diretores. ■

Publicação, lançada na AGO da Unimed Paraná, também está disponível em versão online



Foto: Assessoria Unimed Paraná



O Relatório foi lançado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Unimed Paraná, realizada no dia 18 de março, e está disponível no link www.unimed.coop.br/portalunimed/flipbook/federacao_pr/relatorio_gestao_e_sustentabilidade_2016/.



COOPAVEL

UMA COOPERATIVA

VENCEDORA



4.751 ASSOCIADOS

5.426 FUNCIONÁRIOS

10.177 FAMÍLIAS

INVESTIMENTOS

R\$ 298 MILHÕES

2014 • 2015 • 2016

PATRIMÔNIO

R\$ 2 BILHÕES

**CRESCIMENTO DE
500% EM 15 ANOS**



Vamos compartilhar conhecimento

Este é o recado que presidente da ACI, Monique F. Leroux, deixou em sua passagem pelo Brasil. Inovação e participação feminina no cooperativismo, também foram tópicos de sua fala

A presidente da ACI veio ao Brasil participar do seminário internacional "O cooperativismo e os objetivos de desenvolvimento sustentável", promovido pela OCB e Unimed do Brasil

Durante sua participação no seminário internacional "O cooperativismo e os objetivos de desenvolvimento sustentável", promovido pela OCB e pela Unimed do Brasil, em São Paulo, no início de março deste ano, a presidente da Aliança Cooperativa Internacional, Monique F. Leroux, disse que a troca de experiências entre os movimentos cooperativistas dos diversos países constitui a grande riqueza e, também, o maior desafio do cooperativismo internacional.

Monique destacou o fato de que o movimento cooperativista internacional é extremamente relevante, por estar presente em

vários países ao redor do mundo. Mas disse que o maior desafio de todos é, sem dúvida, o compartilhamento global do conhecimento e das formas de se vivenciar o cooperativismo. "É ser capaz de aumentar a intercooperação para melhor desenvolver o movimento cooperativo global. O cooperativismo possui muitas peculiaridades e, às vezes, isso traz uma dificuldade, que é proporcionar uma voz forte e unificada para o movimento cooperativo internacional", disse.

Citando como exemplo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, a líder global frisou que arrisca afirmar que as co-

operativas são o grupo econômico envolvido com a causa e que tem força para atingir os ODS. "Mas, para que isso ocorra, é necessário desenvolvermos ações como um grupo, realizando, juntos, as iniciativas que ocorrem no Brasil, no Japão, na Índia e no Canadá, por exemplo. O objetivo disso é muito simples: tornar essas ações mais fortes e eficazes por meio do compartilhamento das nossas melhores ideias", frisou.

E continua: "Precisamos estar conectados. Só assim poderemos passar a mensagem que nos move de uma forma impactante, como um movimento global extrema-

mente forte e conectado. E é por isso que estou muito feliz por vir ao Brasil, participar de um seminário organizado pela OCB e pela Unimed, pois, assim, podemos compartilhar nossos aprendizados e realidades, fortalecendo os nossos laços”, comentou.

De acordo com ela, as ações do movimento cooperativista internacional estão alinhadas aos ODS propostos pela ONU. “Se compararmos as características do conjunto de ações do cooperativismo com os ODS, veremos que há muitas coisas em comum. As cooperativas são acessíveis e inclusivas. O alinhamento vem daí. É preciso trabalhar para um mundo melhor e isso demanda, necessariamente, o sucesso dos ODS. E se conseguirmos, o mundo também conseguirá e será um lugar muito melhor para viver”, afirmou.

Inovação

Monique enfatiza ainda que, apesar das cooperativas ao redor do mundo terem uma história rica, é preciso que estejam confortáveis com a ideia da mudança. “Usar as mídias sociais, as novas tecnologias e sermos capazes de inovar! Precisamos ter cuidado e evitar ser muito protetor com o *status quo*. Precisamos abraçar a inovação, para melhorar os serviços às pessoas e às comunidades”, frisou.

Segundo ela, inovações e performances são necessárias e manterão as cooperativas fortes. E citando a Unimed como exemplo, disse que um sistema cooperativo como esse seria bem-vindo no Canadá. “Quem me dera se tivéssemos uma organização como a Unimed. Muitos canadenses gostariam de ter um sistema médico forte assim. Embora tenhamos

grandes e bons sistemas de saúde, uma cooperativa como a Unimed seria a solução para diversos problemas”, comentou.

Mulheres

Monique é a segunda mulher a presidir a ACI. Ao comentar sobre a participação feminina em cargos de liderança e como a ACI tem encorajado as mulheres a assumirem posições de destaque no cooperativismo, Monique voltou a frisar o alinhamento da ACI com a ONU, quando o assunto é promover o empoderamento feminino. “Também é importante destacar que a participação feminina no cooperativismo, em diversos países, tem aumentado ao longo dos anos. O Canadá e países europeus são exemplos disso. De fato, em ramos como o Crédito, Trabalho, Saúde e Educação, a participação da mulher tem ocorrido com maior destaque nos papéis de liderança. Estou muito feliz em perceber que, desde que ingressei no cooperativismo, mais mulheres têm assumido posições de liderança e cargos de alta chefia nas organizações cooperativas. E esta é uma tendência”, frisou.

Solicitada a deixar uma mensagem para as mulheres brasileiras, em função da passagem do Dia Internacional da Mulher, Monique foi direta: “Envolva-se!”, frisou, completando: “Certifique-se de ter a confiança necessária em si mesma, como uma mulher, e de ser comprometida, proativa em seu papel na sociedade e na cooperativa em que se está envolvida. Auto-motivação e solidariedade são necessárias para assumir as tarefas de gestão da vida ou em uma cooperativa”. ■



Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB

Unindo forças

“Se analisarmos o cooperativismo com profundidade, veremos que seus valores e princípios podem ser traduzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.” Com esta frase, Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB, marcou sua participação na abertura do seminário internacional “O Cooperativismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Combinando Impacto Econômico e Social por um Futuro Melhor”.

O seminário teve por objetivo discutir um plano de ação que o setor cooperativista deve colocar em prática nos próximos anos, a fim de contribuir com o alcance dos ODS da ONU. Aos mais de 200 presentes, dentre eles presidentes de diversas organizações estaduais da OCB, e, ainda, representantes de cerca de 30 países, Márcio Freitas ressaltou a relação entre os ODS e o DNA cooperativista. “As cooperativas já praticam o desenvolvimento sustentável. O problema é que não estamos sabendo mostrar isso ao mundo. Precisamos aproveitar essa adesão às metas da ONU para divulgar com mais eficácia, para sermos reconhecidos por aquilo que já fazemos de melhor, que é melhorar a vida das pessoas”, disse. ■



Foto: Assessoria Sicredi

Cooperativas como o Sicredi cobram juros de cerca de 8% ao mês, em média, no cartão de crédito, enquanto bancos tradicionais operam com uma média de 17% ao mês

Além de todas as vantagens que as cooperativas de crédito e investimento já oferecem em termos de juros mais baixos no cheque especial, menores taxas de operações financeiras, empréstimos, tarifas mais acessíveis de pacotes de serviços e participação nos resultados, outro grande diferencial dessas instituições é o juro cobrado no rotativo do cartão de crédito. Enquanto os bancos tradicionais operam com uma média de 17% ao mês, cooperativas como o Sicredi cobram cerca de 8% ao mês, em média.

Até as “badaladas” fintechs - startups financeiras - utilizam uma taxa máxima de juros, na casa dos 14% - bem acima das praticadas pelas cooperativas. “Como nós não visamos lucro e temos como missão oferecer as melhores soluções para nossos associados, a preços

Menores taxas do mercado

Juros cobrados pelo Sicredi no rotativo do cartão de crédito são até 50% mais baratos que os praticados pelos bancos tradicionais

justos, conseguimos atuar com taxas bem menores”, destaca o gerente de desenvolvimento de negócios da Central Sicredi PR/SP/RJ, Jairson Belisario.

Outra vantagem das instituições financeiras cooperativas é a anuidade, em média 30% mais baratas que a dos bancos tradicionais. “E isso sem nenhum tipo de desvantagem, pois oferecemos os mesmos benefícios das bandeiras e programas de recompensa, como Multiplus, Smiles e Tudo Azul”, reforça.

Outro diferencial é o cartão Sicredi MasterCard Black, dirigido a associados que valorizam experiências exclusivas e percebem valor em benefícios direcionados a viagens, gastronomia, lazer e entretenimento. Além desse, a instituição financeira cooperativa oferece os cartões Touch (destinado ao público jovem), Gold e Platinum, das bandeiras MasterCard e Visa.

Sobre o Sicredi

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. O modelo de gestão valoriza a participação dos 3,4 milhões de associados, os quais exercem um papel de dono do negócio. Com presença nacional, o Sicredi está em 20 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins), com 1.500 agências, e oferece mais de 300 produtos e serviços financeiros. Mais informações estão disponíveis em www.sicredi.com.br

A força da união.



WWW.INTEGRADA.COOP.BR

 **INTEGRADA**
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A AGRICULTURA É
A MINHA, A SUA E
A NOSSA VIDA.

Na trajetória do crescimento

No ano passado, o Sicoob Central Unicoob elevou o volume de crédito para os cooperados. Também cresceu em ativos e ampliou o quadro social

Embora 2016 tenha sido um ano em que o Brasil vivenciou a maior crise econômico-financeira de sua história, o Sicoob Unicoob manteve seu crescimento e elevou o volume de crédito para os cooperados em 14,5%, somando ativos de R\$ 4,5 bilhões (evolução de 18,94% no mesmo período). O quadro social

do Sicoob Unicoob também registrou crescimento. Com um aumento de 12,34%, atualmente são mais de 221 mil cooperados.

Em relação aos pontos de atendimento, no ano passado a cooperativa cresceu 7,73%, chegando a 209 unidades. Hoje, o Sicoob Unicoob está presente em 143 municípios no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Amapá.

Os resultados foram divulgados no dia 22 de fevereiro, em Maringá (PR), na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Sicoob Unicoob. Na oportunidade, foi apresentado o relatório de gestão com a prestação de contas do exercício de 2016 e, ainda, o planejamento de atividades para 2017.

Durante a AGO, também foram

destacadas as principais realizações da cooperativa, com base na diretriz do planejamento estratégico. “Nós, do Sicoob Unicoob, vemos o atual momento como de oportunidades, que exige enfrentamento, mudanças e necessidade de investir em novas metodologias, tecnologias e na profissionalização dos processos e das pessoas com quem trabalhamos”, enfatiza o presidente do conselho de administração Sicoob Central Unicoob, Jefferson Nogaroli.

Com o propósito de melhorar os níveis de eficiência, racionalizar os custos operacionais e mitigar os riscos de operações, o Sicoob Unicoob estreitou a parceria com as consultorias PWC Brasil, Mercer e Sênior Sistemas para incorporar cada vez mais as melhores práticas de mercado em gestão, governança e profissionalização de pessoas e processos.

Foram implantados PMOs (Projects Management Office) Corporativos, tais como Escritório de Gerenciamento de Projetos, Processos e Estratégia Corporativa; Mesa de Precificação de Operações de Crédito; Mesa de Câmbio e Comércio Exterior; novo Plano de Cargos e Salários; ERP (Planejamento de Recursos Corporativos) e Programa de Racionalização das Atividades do Centro de Serviços Compartilhados, que resultaram em ganhos de produtividade e de receitas e cujas práticas serão entendidas a todas as cooperativas filiadas. ■



Foto: Assessoria Sicoob Unicoob

Resultados positivos de 2016 foram apresentados na Assembleia Geral Ordinária do Sicoob Unicoob, ocorrida dia 22 de fevereiro, em Maringá (PR)

**PARA FORTALECER
NOSSAS RAÍZES, SEMEAMOS
CONHECIMENTO, CULTIVAMOS
INOVAÇÃO E COLHEMOS
PRODUTIVIDADE.**



A nossa parceria com o homem do campo vai além de apoiar os produtores em suas lavouras. Buscamos por inovações, procuramos por tecnologia de ponta e dividimos todas as novidades do setor do agronegócio com a comunidade. É assim que crescemos juntos!

Retorno garantido

Uniprime Norte do Paraná distribui R\$ 93 milhões aos cooperados. Esse é o valor das sobras do exercício de 2016. Nos últimos quatro anos, a cooperativa já distribuiu mais R\$ 238 milhões

A Uniprime Norte do Paraná novamente se destacou ao entregar os resultados de 2016. Durante a Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada dia 16 de fevereiro, em Londrina, o presidente Alvaro Jabur divulgou um retorno de R\$ 93 milhões resultantes das operações da cooperativa: “A Uniprime foi criada para atender seus cooperados. Gerar riqueza e desenvolvimento regional está em nossa missão”, ressaltou.

O cooperado recebe anualmente sua parte na distribuição das sobras da cooperativa, o que equivale ao lucro nas demais instituições financeiras. O valor é proporcional às operações de cada um, ou seja, quem utiliza mais os produtos e serviços, recebe uma fatia maior das sobras. Nos últimos quatro anos, foram repassados mais de R\$ 238 milhões aos cooperados da Uniprime Norte do Paraná.

Formada por médicos, profissionais da saúde, empresas, empresários e profissionais liberais, atualmente, a cooperativa administra ativos de mais de R\$ 1,8 bilhão pertencentes aos seus 18.000 cooperados, atendidos por 25 agências nos estados do Paraná e São Paulo.

“A Uniprime foi fundada em 1997 por profissionais da área médica do Norte do Paraná com o objetivo de oferecer um atendimento realmente personalizado, produtos e serviços exclusivos, desenhados especificamente para a área da saúde. Com o tempo, expandimos nossa área de atuação, que hoje abrange mais de 800 municípios do Paraná e São Paulo”, relata Jabur.

“Abrimos o quadro social para toda área da saúde, como dentistas, psicólogos, farmacêuticos, bio-



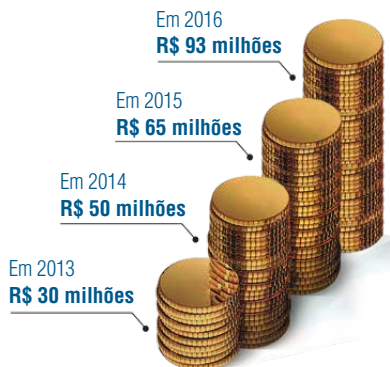
Foto: Assessoria Uniprime Norte do Paraná

Com sede em Londrina (PR), a cooperativa administra ativos de mais de R\$ 1,8 bilhão de seus 18.000 cooperados

químicos e para empresas, empresários e profissionais liberais”, acrescenta o presidente da cooperativa.

Ainda de acordo com ele, há 20 anos a Uniprime Norte do Paraná defende o modelo de cooperativismo de crédito como a melhor alternativa frente ao sistema financeiro tradicional. Assim, concede empréstimos a juros historicamente baixos e financiamentos em condições vantajosas para os cooperados, o que viabiliza aquisições de equipamentos de trabalho, veículos, imóveis, capital de giro, entre outros. As taxas de juros reduzidas proporcionam significativa economia no bolso dos cooperados.

Jabur lembra que a cooperativa pratica o cooperativismo de resultados. “É o cooperativismo de crédito que gera renda para o associado. Está em nosso DNA. A Uniprime proporciona boas oportunidades de negócios e distribui todo o seu resultado para seus cooperados, aumentando a riqueza de cada um, de sua cidade e região”, ressalta.



PROPOSTAS PARA O PAP

O Sistema OCB promoveu, no dia 15 de março, em Brasília, uma reunião para apresentar as contribuições do cooperativismo ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/2018. As discussões giraram em torno de temas como volumes de recursos, alterações nas taxas de juros e nos limites de diversas rubricas dos programas do BNDES e, também, relativos ao Manual de Crédito Rural, especificamente em seu capítulo 5 (Crédito a Cooperativas). O encontro contou com a participação de representantes dos ministérios da Agricultura e Fazenda, Banco Central do Brasil, Fecoagro/RS, Ocesc, Ocepar e das cooperativas Aurora, Agrária, Coamo, Cooxupé, Comigo, Cooperalfa, Copérdia, Cocamar e Copacol.



Foto: Iago Carvalho / Assessoria Sistema OCB

REFINANCIAMENTO TRIBUTÁRIO

As principais entidades que representam o setor produtivo paranaense, entre as quais a Fiep, Faep, Fecomércio, Fetranspar, Fecooper e ACP, entregaram, no dia 9 de março, ao secretário de Estado da Casa Civil, Valdir Rossoni, um ofício em que pedem a reabertura do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Criado em 2015, o PPI possibilitou a renegociação de dívidas relacionadas ao ICMS contraídas até o fim do ano anterior. Para as entidades, a medida é ainda mais importante neste momento, já que desde então houve o agravamento da crise econômica brasileira, comprometendo o resultado das empresas e dificultando o cumprimento de suas obrigações tributárias. A sugestão é que o governo proponha a alteração da Lei 18.468/15, que criou o PPI, possibilitando que sejam inseridos no programa os débitos de ICMS não pagos até dezembro de 2016.



Foto: Agência Fiep de Notícias

REUNIÃO NO BNDES

O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, e o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, se reuniram no dia 10 de março, no Rio de Janeiro (RJ), com a diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES), Cláudia Trindade Prates. A intenção foi tratar de linhas de crédito que potencializem, ainda mais, o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. Em relação aos ramos Infraestrutura e Saúde, os representantes do cooperativismo discutiram a possibilidade de implementar outras duas linhas de financiamento: o Prodecoop Infra e o Prodecoop Saúde, voltados ao investimento de cooperativas destes setores. Também foi discutida a possibilidade de realização de programas que contemplem outros ramos do cooperativismo, como é o caso do Transporte.



Foto: Marli Vieira / Assessoria Sistema Ocepar

FORMAÇÃO DE CORRETORES

A Casa do Cooperativismo do Paraná recebeu, no dia 14 de março, em Curitiba, um grupo formado por representantes da Sancor Seguros, que é líder do setor na Argentina. De acordo com o gerente de serviços e pronto-atendimento ao segurado em Sunchales, na Província de Santa Fé, Hugo Anacabe, a visita à Ocepar integra uma das atividades do Programa de Sucessão de Corretoras Familiares da Sancor. "Temos aqui profissionais que fazem parte da segunda e terceira gerações de corretores da Sancor. Nosso objetivo é capacitar as futuras gerações e proporcionar oportunidades como essa, de conhecer outras realidades de mercado, para que eles tenham condições de dar continuidade ao nosso negócio. Isso é muito importante", ressaltou.

OFERTA DE VAGAS

Em 2017, a C.Vale, com sede em Palotina, oeste do Paraná, está concentrando seus investimentos na área industrial. A cooperativa está aplicando R\$ 110 milhões na construção de um frigorífico para peixes que deve entrar em operação até o final do ano. Outra meta para este ano é ampliar a produção de frangos das atuais 460 mil para 520 mil aves/dia. Para os dois empreendimentos, a C.Vale precisará contratar mais de 1.100 funcionários, sendo 700 para o abatedouro de frangos e 400 para o frigorífico de peixes. O processo de seleção tem atraído candidatas de todo o Brasil.



Foto: Assessoria C.Vale

REMUNERAÇÕES RECORDES

A Copacol efetuou, em março, uma das maiores remunerações por unidade de frango ao cooperado Pedro Squizzato, de Cafelândia (PR), que obteve altos índices de produção e recebeu R\$ 1,37 por ave, chegando muito perto do recorde histórico da cooperativa, que é de R\$ 1,38 por cabeça, conquistado pelo associado Alceno Ahlmann, de Cascavel (PR), em fevereiro deste ano. "Esse resultado é um indicativo da dedicação de todos os envolvidos no processo, destacando as práticas de biossegurança aplicadas na atividade, que garantem a qualidade sanitária das aves, além de todos os aspectos relacionados ao manejo, que consolidam resultados de alta performance", destacou o gerente da integração de aves, Douglas da Silva.



Foto: Assessoria Copacol

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A implementação de ações que desenvolvam a infraestrutura e a logística do país, com foco na melhoria de condições de rodovias e ferrovias, é o ponto chave para colocar o Brasil como maior protagonista em produção agropecuária do mundo. Esse foi um dos apontamentos feitos pela OCB e por outras confederações patronais do setor produtivo em audiência pública realizada dia 16 de março pela comissão destinada a tratar sobre a Medida Provisória (MPV) 752/2016, que versa sobre a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. O Sistema OCB foi representado pelo superintendente da Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecooper), Nelson Costa.

Prêmio Sescoop Excelência de Gestão



INSCRIÇÕES ATÉ 28 DE ABRIL

Estão abertas, até o dia 28 de abril, as inscrições ao Prêmio Sescoop Excelência de Gestão 2017. Realizada sempre nos anos ímpares, a iniciativa promove o reconhecimento nacional às cooperativas que promovem o aumento da qualidade e da competitividade do cooperativismo, por meio do desenvolvimento e da adoção de boas práticas de gestão e governança. Para se inscrever, as cooperativas precisam estar em dia com suas obrigações junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e, ainda, participar do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC), desenvolvido em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A inscrição é gratuita e deverá ser confirmada após o preenchimento dos questionários de Diagnóstico e Autoavaliação. Mais informações: <http://pdgc.somoscooperativismo.coop.br/>

GIBI E VIDEOAULA SOBRE OS ODS

No dia 23 de fevereiro, 120 professores da rede municipal de educação de Guarapuava, na região centro-sul do Estado, participaram da aula inaugural do Programa de Educação e Conservação Ambiental Mata Viva® – uma iniciativa conjunta entre Cooperativa Agrária Agroindustrial, Fundação Espaço ECO® (FEE®), BASF e Prefeitura de Guarapuava, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura –, que tem o objetivo de promover no ambiente escolar o estudo dos conceitos de sustentabilidade. Na ocasião, a FEE® capacitou os professores para utilização de um gibi e de uma videoaula sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como ferramenta de aprendizagem. Com isso, eles poderão conectar o tema ao currículo anual e aos Parâmetros Curriculares Nacionais, proporcionando um contato mais aprofundado com esse assunto em sala de aula.



Foto: Assessoria Agrária

SITE RESPONSIVO

O site da Coamo foi adaptado ao formato responsivo. Isso significa que agora ele é compatível com todos os tamanhos de tela utilizados, não apenas para celular, tablets, mas também para navegadores que não estejam com a tela maximizada, computadores com telas pequenas, como de 10" em que possuem uma resolução menor. Dentro de uma estratégia e posicionamento de qualidade no mercado, a cooperativa realizou a mudança após estudos e pesquisas para que o site mantivesse todas as facilidades que os cooperados e internautas em geral estão acostumados, sem perder sua identidade original. O endereço é www.coamo.com.br.



Foto: Assessoria Instituto Sicoob

METODOLOGIA CHANCELADA

Visando fortalecer e disseminar a metodologia do Programa Cooperativa Mirim em todo o país, o Instituto Sicoob firmou parceria com o Sescop para o lançamento da linha editorial da coleção "Trajetórias Cooperativas", cujo acervo é composto inicialmente por quatro livros. O conjunto pedagógico visa divulgar os valores e princípios do cooperativismo entre as crianças, jovens, professores e pais que terão a oportunidade de vivenciar tanto a teoria quanto a prática do Programa. O Cooperativa Mirim fomenta a formação de cooperativas nas escolas e instituições que atendam crianças e adolescentes. Em 2016, foi premiado pela Confedbras, contemplado com o segundo lugar na categoria Harmonia Social.

“

Estava desempregado há um ano e meio. Não pensei duas vezes quando meu currículo foi aprovado (...) Quero dar segurança e uma vida melhor para minhas filhas. O mar aqui é verde de plantas, de fartura”

MAXMILIANO LOPES SILVA

Técnico mecânico, contando o por que trocou o Rio de Janeiro por Palotina, no oeste do Paraná. Ele foi um dos mais de mil contratados pela C.Vale



Foto: Assessoria C.Vale

“

A maior malvadeza que vem acontecendo no Brasil é tributar mais a classe pobre e menos os ricos”

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY

Relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados

“

A sociedade se convence quando vê justiça e clareza. Por isso é preciso transparência, começando por demonstrar à população que vão cessar os privilégios e benesses daqueles poucos que hoje legislam em causa própria”

VILMAR SEBOLD

Presidente da Cocari, ao comentar que as explicações sobre as reformas devem ser fundamentadas e coerentes

“

O cooperativismo brasileiro é reconhecido internacionalmente como sério, pujante, ativo e devemos, cada vez mais, tê-lo como uma mola para o desenvolvimento do país”

ALOYSIO NUNES

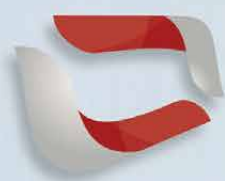
Ministro das Relações Exteriores

“

Estou convencido de que o cooperativismo é o modelo econômico ideal para um mundo mais sustentável”

MAXWELL HAYWOOD

Diretor de Assuntos Sociais da ONU e interlocutor do organismo internacional para o cooperativismo, em palestra no Sistema OCB, no lançamento do Dia de Cooperar 2017 (Dia C)



DENTALUNI[®]
COOPERATIVA ODONTOLÓGICA

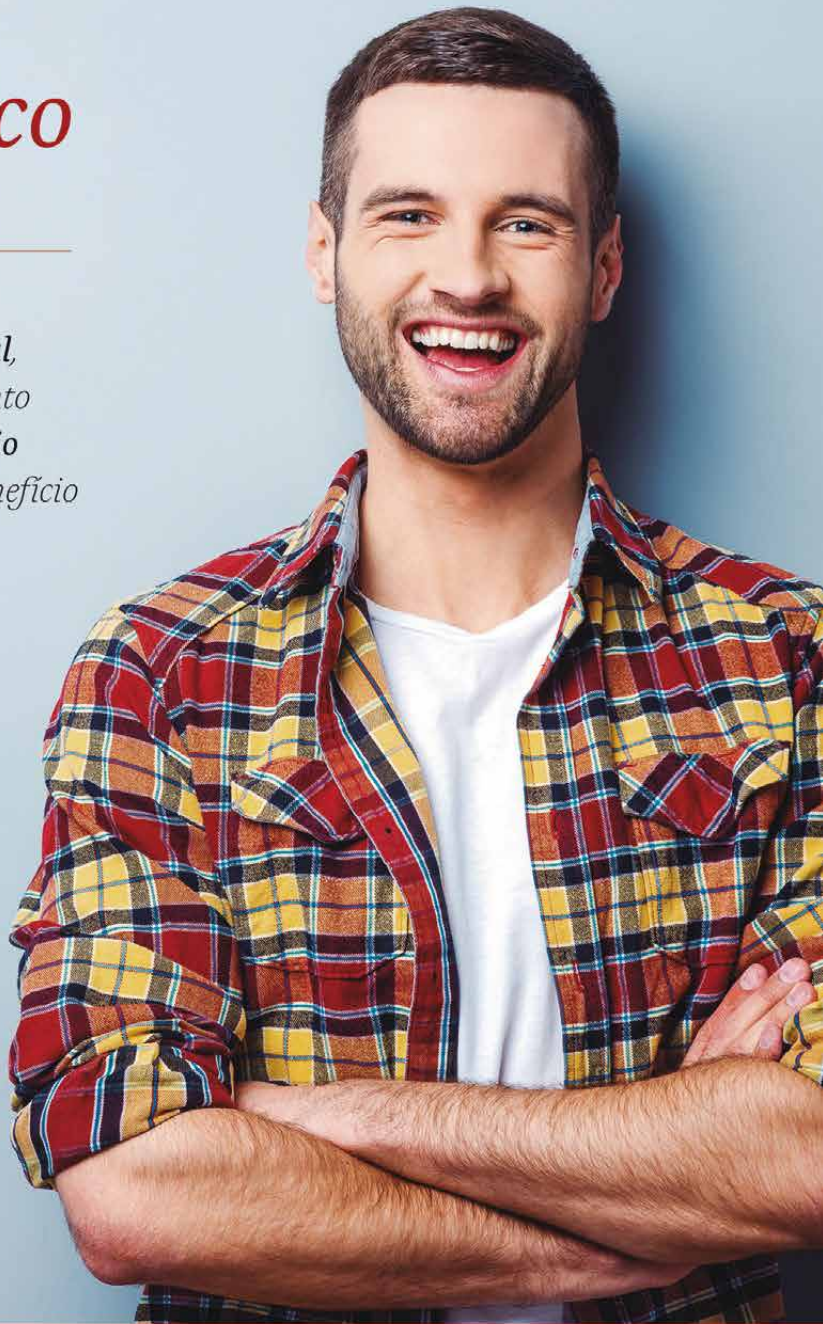
Por que ter um plano odontológico Dental Uni?

O plano odontológico é essencial para a saúde bucal, impactando na autoestima e qualidade de vida, tanto pessoal quanto profissional. Ele é o segundo benefício mais valorizado e representa um excelente custo-benefício para pequenas, médias e grandes empresas.

Uma cooperativa está preparada para atender outra, porque entende suas necessidades. Ofereça segurança, tranquilidade e saúde, com a garantia de condições exclusivas e a qualidade da maior cooperativa de planos odontológicos do Brasil!

Acesse www.dentaluni.com.br e confira!

*Pode sorrir. _____
_____ A gente garante.*



www.dentaluni.com.br

f /dentaluni

ANS - n° 304484

4007 2525
(capitais e regiões metropolitanas)

0800 603 3683
(demais localidades)

12º Prêmio OCEPAR de Jornalismo

▶ VEICULAÇÃO

Matérias veiculadas entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de maio de 2017

▶ TEMA

Cooperativas: empreendimentos sustentáveis que prestam serviços de qualidade, geram emprego, renda e desenvolvem as pessoas

▶ PRAZO

Inscrições dos trabalhos devem ser feitas até 31 de maio de 2017

PRORROGADO:
inscrição e
veiculação até
31/05/17

Informações: 41 3200.1150 | jornalismo@sistemaocepar.coop.br | www.paranacooperativo.coop.br

Iniciativa



Patrocínio



Apoio

